

Chuva castiga interior de SP e cidades entram em estado de emergência

O interior de São Paulo foi castigado com fortes chuvas na região. Os municípios de São Bento do Sapucaí e Guaratinguetá vão decretar situação de emergência e, segundo a Defesa Civil, já estão sendo orientados sobre os procedimentos.

Outros municípios também sofreram consequências do temporal. Em Santana do Parnaíba, foi registrado deslizamento de terra, que causou a interdição total de uma via e atingiu o portão de uma residência.

Em Aparecida, foi registrada chuva de forte intensidade, longa duração com rajadas de vento, enxurradas, pontos de alagamentos, deslizamento de terra e quedas de árvores na região. Na cidade,

foi registrado um dos maiores acumulados de chuva do estado nas últimas 24 horas, com 125 mm.

Em um dos locais afetados, uma grande rocha atingiu os fundos de uma residência e uma equipe realizou uma vistoria preliminar e optou por não interditar do local. Para isso, foi realizada limpeza e higienização do local para viabilizar o retorno da família a moradia.

Em São José dos Campos, um temporal causou pontos de alagamentos, queda de árvores e desabamento na região. Também foi registrado o desabamento da estrutura do teto de um posto de combustível.

Já em Monteiro Lobato, a chuva de forte intensidade também ocasionou deslizamento de terra na rodovia

de mesmo nome. O deslizamento resultou na interdição temporária da via que, após a realização da limpeza efetuada pelas equipes, foi liberada.

Ainda segundo a Defesa Civil, também foi registrada a erosão no asfalto causado pelo deslizamento e o local foi interditado preventivamente.

Já no município de Santo Antônio do Pinhal, foram registrados alagamentos e queda de árvores.

Em Várzea Paulista, o temporal causou pontos de alagamento em vias públicas e deslizamento de terra. Ao menos quatro casas foram atingidas por um deslizamento de terra e foram interditadas preventivamente, o que resultou em 11 pessoas desalojadas, que foram acolhidos na casa de familiares.

Isabella Menon/Folhapress



Economia



Arrecadação federal chega a R\$ 280,63 bilhões em janeiro

Página - 03

Política

Governo tenta convencer Congresso a esperar dados do Orçamento para rediscutir veto a emendas

Página - 04

Governo recua, cede ao centrão e aceita cumprir calendário para pagar emendas

Página - 04

BNDES reduz em até 60% remuneração para operações de exportação

Página - 03



Lula diz que montadora Hyundai vai investir US\$ 1,1 bi no Brasil até 2032

Página - 12

Nubank eleva lucro para US\$ 395 mi no 4º trimestre e meta é superar 100 milhões de clientes

Página - 12



No Mundo

Brasil encerra encontro de chanceleres com G20 sob contestação da Rússia



O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, encerrou na quinta-feira (22) a primeira reunião de chanceleres do G20 sob presidência do Brasil com a Rússia tentando esvaziar o poder político do grupo para dirimir as tensões globais.

Vieira fez um breve relato sobre as discussões travadas entre quarta (21) e quinta-feira (22) na Marina da Glória, no Rio de Janeiro; os jornalistas presentes não puderam fazer perguntas. Segundo o chanceler, os países-membros e convidados “externaram suas posições sobre o papel do G20 em relação às tensões em curso”.

A fala do brasileiro expôs a falta de consenso até sobre o papel do grupo de debater as guerras em curso, em especial na Faixa de Gaza e na Ucrânia --este último completa dois anos no próximo sábado (24).

Essa posição foi externalizada pelo chanceler da Rússia, Serguei Lavrov. “Não creio que no G20 encontraremos soluções para os desafios e ameaças à segurança global”, afirmou, segundo o discurso divulgado por Moscou. Antes do encontro, Lavrov já havia criticado o que chamou de “politização do G20” por abordar a Guerra da Ucrânia.

“A delegação russa pretende chamar atenção dos parceiros para a inaceitável

politização do G20, que está planejado para se concentrar estritamente nos desafios socioeconômicos. A inclusão de questões não essenciais, incluindo a questão ucraniana, na agenda do G20 por instigação do Ocidente é destrutiva”, afirmou o chefe da diplomacia de Vladimir Putin.

Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores da França, Stéphane Séjourné, fez duras críticas à Rússia durante seu discurso nesta quinta. O francês afirmou que o grupo precisa evitar a desunião, apesar de “certos membros estarem agindo contra o G20” --uma referência pouco velada a Moscou.

Italo Nogueira/Folhapress

Chefe da diplomacia da UE diz esperar proposta de países árabes para cessar-fogo em Gaza



O chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borell, afirmou na quinta-feira (22) esperar uma proposta de países árabes para um cessar-fogo na guerra Israel-Hamas.

Ele afirma que representantes dessas nações estão negociando os termos da proposta de forma antecipada com os Estados Unidos para que não haja um novo veto no Conselho de Segurança da ONU. Nesta semana, uma proposta do tipo foi rejeitada pela terceira vez pela diplomacia americana.

“Eu espero que nos próximos dias nós possamos ver uma proposta vindo do mundo árabe. Eu sei que eles estão

Putin fez 17 ataques com mísseis e drones por dia na guerra, diz Ucrânia

Em quase dois anos de guerra, que serão completados no sábado (24), a Rússia lançou uma média de 17 ataques aéreos com mísseis e drones por dia contra a Ucrânia. A conta foi apresentada na quinta (22) pelo porta-voz da Força Aérea de Kiev, Iurii Ihnat. Ele somou 12.630 ataques, cerca de 8.000 deles feitos com mísseis e os restantes, com drones. A Rússia não divulga nenhuma estatística sobre o emprego de seus armamentos.

Ihnat disse que foram derrubados 77% dos drones, a maioria modelos iranianos Shahed-136, que a Rússia passou a usar em maior escala em 2023. Os russos adotaram também táticas variadas para aumentar a eficácia de suas ações lançando ondas dos aparelhos, mais baratos e fáceis de abater por serem lentos, saturando as defesas e aí entrando com mísseis supersônicos ou até hipersônicos.

Significativamente, Ihnat não disse nada acerca da

proporção de mísseis derrubados. Os dados são também bem mais elásticos do que os que se conhecia até aqui: um estudo usando números parciais do Ministério da Defesa ucraniano divulgados de outubro de 2022 a setembro de 2023 contava ao todo só 3.967 ataques aéreos, com 82% de abates.

Isso pode significar várias coisas, de ocultação de dados a exagero deles, visando dramatizar a difícil posição ucraniana, que tem demandado mais baterias antiaéreas ocidentais enquanto incrementa sua produção local de drones.

A Alemanha forneceu duas baterias americanas Patriot, a mais avançada no serviço da Otan (aliança militar ocidental), mas uma foi destruída. Berlim promete enviar até mais duas delas, e também forneceu sistemas Iris-T, menos capazes. Os EUA entregaram uma bateria Patriot e 12 Nasams, de origem conjunta americano-norueguesa.

Igor Gielow/Folhapress

trabalhando muito nisso, mas certamente querem ter certeza de que, se eles fizerem uma proposta, ela será apoiada. Do contrário, eles vão parecer sem poder”, disse Borell à imprensa durante as reuniões do G20 no Rio de Janeiro.

“Sei que na política você não pode mostrar [uma proposta] a não ser que você tenha certeza de que ela irá decolar.”

A afirmação ocorre dois dias depois ao terceiro veto dos EUA a uma proposta de resolução enviada ao Conselho de Segurança da ONU para um cessar-fogo no conflito. Treze membros do órgão votaram a favor do texto redigido pela Argélia, enquanto o Reino Unido se absteve. Os EUA foram o

único país a se manifestar de forma contrária à resolução.

Borell considerou haver um consenso dentro do G20 em relação à solução de dois Estados para a paz, “porque não ouvi ninguém falando nada contra”.

“Pedi ao ministro brasileiro [Mauro Vieira] para que na sua conclusão oral porque não haverá uma conclusão escrita que toque nesse tema para explicar ao mundo que no G20 todos são favoráveis a essa solução. Se todos são a favor dessa solução, então temos que mobilizar nossa capacidade política para fazer com que ela seja implementada. Senão, será apenas um pensamento positivo”, disse ele.

Camila Zarur/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Arrecadação federal chega a R\$ 280,63 bilhões em janeiro



A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve leve alta, alcançando R\$ 280,63 bilhões em janeiro, segundo dados divulgados na quinta-feira (22) pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 6,67%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com janeiro de 2023.

É o maior valor para meses de janeiro desde 1995, início da série histórica. Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no site da Receita Federal. Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$

262,87 bilhões, representando acréscimo real de 7,07%.

Os resultados foram influenciados positivamente por alterações na legislação e por pagamentos atípicos tanto em 2023 quanto em 2024, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre combustíveis também impactaram no resulta-

do, nesse caso, para baixo.

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R\$ 91,7 bilhões em janeiro, com aumento real de 1,24% sobre o mesmo mês de 2023. O resultado é explicado pelos aumentos reais de 11,14% na arrecadação da declaração de ajuste, a qual se refere a fatos geradores ocorridos ao longo do ano de 2023, principalmente das empresas financeiras; e de 4,92% na arrecadação do lucro presumido, conjugado à queda de 3,42% na arrecadação da estimativa mensal.

Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

Andréia Verdélio/ABR

Cenoura, batata, banana, laranja ficaram mais caras em janeiro

A cenoura, batata inglesa, banana e laranja ficaram mais caras em janeiro deste ano, como mostra o 2º Boletim de 2024 do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro Fevereiro (Prohort), divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na quinta-feira (22), em Brasília.

O levantamento de preços de hortifrutis é feito mensalmente pela Conab, em dez centrais de Abastecimento (Ceasa) do país. Especificamente sobre o mês de janeiro, o clima foi apontado como fator importante na oferta das hortaliças e frutas, o que influenciou diretamente nos preços dos alimentos. Um destaque da Conab foi dado aos efeitos das chuvas nos estados das regiões Sul e Sudeste.

De acordo com a pesquisa, a cenoura ficou 96,91% mais cara em janeiro, na média ponderada de preços, que leva em consideração a contribuição (peso) de cada uma das ceasas. Os preços do produto no atacado mais que

dobraram nas ceasas de Goiânia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. E a menor elevação foi registrada na Ceasa de Brasília, onde foi verificado um aumento de 38,89%. O motivo do aumento apontado pela Conab é a menor oferta da raiz rica em caroteno registrada no mercado atacadista. Minas Gerais, principal abastecedor dos mercados a nível nacional, teve seus envios às ceasas reduzidos em cerca de 30%. “O clima desfavorável para a colheita também afetou a produção e os plantios, o que poderá ocasionar novas altas de preço nos meses seguintes”, avalia a gerente de Produtos Hortigranjeiros da Conab, Juliana Torres.

Já a batata comum subiu 35,25%, na média ponderada. Janeiro foi o quarto mês consecutivo de alta dos preços do tubérculo que figura entre os mais presentes no prato dos brasileiros. De acordo com o estudo da Conab, as chuvas nas principais regiões produtoras ocasionaram o atraso do plantio, impactando nos envios às feiras, em janeiro.

Daniella Almeida/ABR



BNDES reduz em até 60% remuneração para operações de exportação



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reduziu em até 60% a sua remuneração (spread) em operações da linha BNDES Exim Pré-embarque para exportações. A medida entrou em vigor na quinta-feira (22). O orçamento adicional disponibilizado para operações na modalidade é de R\$ 2 bilhões.

Segundo o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, a retomada das operações de financiamento às exportações tem papel importante, ao atender os objetivos do Plano Mais Produção, de promover o fortalecimento da indústria brasileira, tornando-

-a competitiva no mercado internacional e contribuindo para a geração de empregos no país.

A redução no spread está limitada a R\$ 150 milhões por operação. Para a exportação de máquinas eficientes, a remuneração cobrada pelo BNDES nas operações será de 0,50% ao ano até o limite de R\$ 150 milhões e de 0,90% ao ano nas que excedam esse valor. Para os demais bens, a remuneração da instituição será de 0,60% (no caso de máquinas 4.0 e bens de baixa emissão de carbono ou mobilidade em baixo carbono) e de 0,80% para demais produtos, também limitada ao valor de R\$ 150 milhões por operação. Acima desse valor, o spread é de 1,30% ao ano.

O spread é um dos componentes da taxa de juros dos financiamentos, que se soma ao custo financeiro da operação e, no caso de operações indiretas, às taxas dos agentes financeiros. Gordon lembrou que, no ano passado, o BNDES reduziu as taxas na sua linha de apoio à exportação na modalidade pré-embarque.

O BNDES Exim Pré-embarque visa apoiar empresas brasileiras na produção de bens destinados à exportação. Os recursos são recebidos pelo cliente no Brasil, vinculados ao compromisso de comprovar a exportação dos produtos posteriormente. A amortização do financiamento é feita diretamente com o agente financeiro repassador ou com o próprio BNDES.

Alana Gandra/ABR

Política

Governo tenta convencer Congresso a esperar dados do Orçamento para rediscutir veto a emendas



Integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tentam convencer os congressistas a aguardarem até o final de março para uma posição sobre a possibilidade de recompor R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão que foram vetadas no Orçamento de 2024.

A decisão do petista foi tomada em janeiro e irritou senadores e deputados, inclusive o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Desde então, eles ameaçam derrubar o veto e impor um revés à equipe econômica.

O governo, por sua vez, argumenta que o veto foi necessário para recompor recursos de políticas que haviam sido alvo de corte pelo Congresso Nacional. O Executivo pretende usar o espaço para

devolver verbas a programas como Auxílio Gás, Farmácia Popular e bolsas de ensino superior.

Ministros e parlamentares ligados ao governo têm atuado para que os congressistas aguardem a divulgação da primeira avaliação de receitas e despesas do Orçamento de 2024, marcada para 22 de março.

No documento, o governo atualizará suas projeções de arrecadação para o ano e terá uma dimensão da necessidade ou não de contingenciar recursos para cumprir a meta de déficit zero estipulada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

O argumento dos articuladores políticos é de que, com os dados em mãos, será possível dizer se há espaço para re-

compor o valor das emendas e, em caso positivo, como e quando a devolução será feita.

O Congresso Nacional aprovou no Orçamento um valor recorde de R\$ 53 bilhões para todas as modalidades de emendas. Mesmo com o veto de Lula, parlamentares ainda terão um volume inédito para destinar a seus redutos em ano de eleições municipais: cerca de R\$ 47,5 bilhões.

Governistas dizem que a estratégia de esperar até março foi desenhada para tentar evitar uma derrota de Lula no Congresso, caso o veto seja apreciado e derrubado.

Nessa situação, o Executivo precisaria reincorporar essa despesa ao Orçamento, inviabilizando a recomposição dos outros programas.

Julia Chaib/Folhapress

Governo recua, cede ao centrão e aceita cumprir calendário para pagar emendas



O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou na quinta-feira (22) que o governo federal fechou um acordo com parlamentares e vai elaborar um calendário para o pagamento das emendas parlamentares, para serem executadas até o dia 30 de junho.

O acordo foi confirmado por parlamentares que participaram de uma reunião com o ministro no Palácio do Planalto.

O anúncio acontece em meio à pressão do centrão, que vem aumentando desde o veto do presidente Lula (PT) a esse dispositivo na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Também acontece pouco antes de encontro do

Haddad afirma que fala de Lula sobre Gaza foi grito de socorro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a comparação feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) da ação israelense em Gaza com o Holocausto foi um grito de socorro.

“Ele não é um político tradicional, que olha para tudo isso e se mantém frio diante da morte de crianças e mulheres na escala em que está acontecendo”, disse em entrevista a Miriam Leitão, na GloboNews.

Segundo Haddad, Lula deu a declaração após ouvir muitos depoimentos e imagens sobre os ataques a Gaza.

“Pode ser discutida uma palavra ou outra do discurso do presidente, mas acho que o grito é pertinente”, opinou. “Não podemos ficar indiferentes ao que está acontecendo”.

O ministro defendeu o fim da guerra e contou que aprendeu a tratar judeus e muçulmanos como irmãos.

Haddad lembrou que a família dele, de cristãos li-

baneses, veio para o Brasil por causa do crescimento da intolerância religiosa. O avô era um sacerdote da igreja oriental.

“Nas cenas de guerra, tenho vontade de chorar”, disse. Ele defendeu Israel como um país legítimo, assim como o estado palestino.

Na entrevista, Haddad confirmou a decisão do governo Lula de enviar um projeto de lei com urgência constitucional para discutir com o Congresso a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e a contribuição previdenciária a ser paga pelos municípios.

Os dois temas hoje fazem parte de uma MP (medida provisória) editada pelo Ministério da Fazenda em 28 de dezembro, com validade a partir de 1º de abril. Já o projeto com urgência precisa ser analisado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em um prazo de 45 dias para cada uma das Casas.

Cristina Camargo/Folhapress



mandatário com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes de bancada.

O ministro deu entrevista a jornalistas após ter se reunido com integrantes da CMO (Comissão Mista do Orçamento) e lideranças do governo. Padilha afirma que o veto será mantido oficialmente, porque há a avaliação de que a sua derrubada iria ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, o governo fechou um acordo com esses parlamentares para que um cronograma de emendas impositivas, que são as individuais e de bancada, sejam pagas até 30 de junho, limite das vedações eleitorais por conta das eleições municipais.

Ou seja, o governo aceita realizar o pagamento até o prazo, que era a principal pre-

ocupação dos parlamentares. Por outro lado, o veto será mantido e dessa forma o Executivo fica livre de cumprir outros dispositivos da LDO, como por exemplo o item que obrigaria o empenho de emendas em até 30 dias.

“Vocês sabem que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tinha proposta de cronograma de acelerar a execução no primeiro semestre dos recursos de repasses a fundo da saúde e assistência social, do SUS [Sistema Único de Saúde] e do SUAS [Sistema Único de Assistência Social]. O governo tem concordância em acelerar essa execução. Teve um veto por conta de uma coisa que havíamos anunciado, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou o ministro.

Renato Machado/Folhapress



Dólar sobe 0,30% e volta a superar R\$ 4,95 com indicadores nos EUA



O dólar à vista encerrou a sessão da quinta-feira, 22, em alta de 0,30%, cotado a R\$ 4,9530, em dia marcado por desvalorização de divisas emergentes, em especial latino-americanas, pressionadas pelo avanço das taxas dos Treasuries de curto prazo. Nova rodada de indicadores da economia americana, como pedidos de auxílio-desemprego, reforçou a leitura de que o Federal Reserve deve esperar até junho para começar a reduzir os juros.

No início do pregão, o dólar chegou a trabalhar em queda, quando registrou mínima a R\$ 4,9190, em meio ao apetite por risco em Nova York, na esteira dos fortes resultados da Nvidia no quarto trimestre divulgados ontem à noite. Mas a divisa trocou de sinal ainda pela manhã e acelerou os ganhos ao longo da tarde, em sintonia com o exterior. Na última hora de negócios, a moeda ultrapassou o nível de R\$ 4,95, com máxima a R\$ 4,9540.

“A força da economia dos Estados Unidos e a possibilidade de postergação dos cortes de juros por lá devem manter a taxa de câmbio no Brasil ainda em patamares elevados, fluindo no corredor de R\$ 4,85 a R\$ 4,95 ao longo dos próximos dias”, afirma o consultor da Remessa Online André Galhardo, que chama a atenção para o resultado abaixo do esperado dos pedidos semanais de seguro-desemprego nos EUA, que refletem um mercado de trabalho ainda apertado. “Isso

lança dúvidas se o afrouxamento monetário se iniciará em maio ou em junho”.

O número de pedidos de auxílio-desemprego nos EUA teve queda de 12 mil na semana encerrada em 17 de fevereiro, a 201 mil. O resultado ficou abaixo da expectativa de analistas (217 mil). Já os PMIs (Indústria, Serviços e Compostos) vieram mistos, mas ainda acima de 50, indicando expansão da atividade.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a seis divisas fortes, o índice DXY operou ao longo do dia em leve queda, pouco abaixo do limiar dos 104,000 pontos, com ligeiro avanço do euro e alta da libra. Pela manhã, a ata do mais recente encontro de política monetária do Banco Central Europeu (BCE) veio no mesmo tom da ata do Fed divulgada ontem à tarde, ao revelar que os dirigentes da instituição precisam de mais confiança no processo de desinflação antes de discutir quedas de juros. O chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, observa que real e seus pares latino-americanos devolveram neste início de ano parte dos ganhos do ano passado, com a perspectiva de corte inicial de juros pelo Fed passando de março para junho. “Houve essa mudança do dólar de R\$ 4,80 para R\$ 4,90, mas a volatilidade segue muito baixa. Isso mostra que o mercado absorveu bem as mudanças. Além disso, o fluxo comercial continua forte e ajuda o real”, afirma Garcia.

IstoéDinheiro

Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.

CNPJ nº 21.998.472/0001-55 - NIRE 35.300.586.972

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2023

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às 10:30 horas, em sua sede social na Avenida Tiradentes, nº. 2.620, Bairro do Parque Industrial, na Cidade de Itu, Estado de São Paulo, CEP 13309-640; reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os acionistas da Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A., representando a totalidade do capital social, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de acionistas, dispensáveis assim as demais publicações. Aberta a sessão pelo acionista Marco Antonio Gutfreund Formicola, representante da GS-Construções, Comércio, Serviços de Descontaminação de Superfícies Marítimas, Empreendimentos e Participações Ltda.; sendo solicitado, pelos demais membros, a presidir a sessão, tendo convidado a mim, Valter Carmona, para secretariá-lo. **I. Ordem do dia:** a) Re-ratificar o registro da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/10/2022, registrada em 12/12/2022, sob nº 687932/22-1, onde a numeração do ato está incorreta, sendo correta a numeração de 1 a 9. **b) Consolidação do Estatuto Social. II. Deliberações:** O Sr. Presidente da Assembleia elucidou que a presente assembleia geral extraordinária visa deliberar sobre os seguintes assuntos: **a) Ratificar o registro da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/10/2022, registrada em 12/12/2022, sob nº 687932/22-1, onde a numeração das páginas do ato está incorreta, sendo a correta numeração de 1 a 9. b) Consolidar o Estatuto Social.** Após discutidos pelos senhores acionistas, foram aprovadas as deliberações constantes da ordem do dia. Integra a presente, na figura de Anexo I, o Estatuto Social consolidado, deliberado e aprovado na presente Assembleia. Após deliberação sobre o assunto colocado em pauta na assembleia, e sua aprovação pela totalidade dos acionistas, a Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a presente ata é cópia fiel da lavratura em livro próprio. Presentes acionistas: GS-Construções, Comércio, Serviços de Descontaminação de Superfícies Marítimas, Empreendimentos e Participações Ltda. (representada pelo Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola) e Lamor Serviços de Limpeza Descontaminação De Superfícies Marítimas Ltda., (representada pelo Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola). São Paulo (SP), 03 de fevereiro de 2022. Visto do advogado: **Pedro Henrique Vieira Brasil da Fonseca**, OAB/SP nº. 421.065. JUCESP nº 85.786/23-8 em 24/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Objeto. Artigo 1º** - Sob a denominação de **Aquamec Indústria e Comércio de Equipamentos S.A.**, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá por este Estatuto e, nos casos omissos, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - O objeto da sociedade será o de (i) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para tratamento de águas e efluentes (CNAE-28259/00); (ii) manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para saneamento básico e ambiental (CNAE 33-14-7/10); fabricação, montagem e comercialização de válvulas (CNAE 2813-5/00); (iii) fabricação, montagem e comercialização de bombas (CNAE 2812-7/00); (iv) fabricação, montagem e comercialização de equipamentos e sistemas para contenção e captação de petróleo e seus derivados (CNAE 2825-9/00); (v) manutenção, reparação e instalação de válvulas (CNAE 3314-7/03); (vi) manutenção, reparação e instalação de bombas hidráulicas (CNAE 3314-7/02); (vii) locação e o arrendamento de bombas e válvulas em geral, equipamentos e sistema de contenção e captação de petróleo e derivados. Equipamentos e sistema de abastecimento e de tratamento de água e efluentes, a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado (CNAE 7739-0/99); (viii) prestação de serviços de engenharia e consultoria nas áreas de tratamento de água e efluentes, contenção e captação de derrames de petróleo e seus derivados (CNAE 71.12-0/00); (ix) participação de processos licitatórios/concorrências para celebração de contratos/parceiras atinentes ao seu objeto social e seus derivados derramados em água em terra, no Brasil e no exterior; agir como agente, representante e licenciada de quaisquer produtos ou serviços de empresas estabelecidas dentro ou fora do país (CNAE 46.14-1/00); (x) participação, como sócia ou acionista, em outras sociedade e em empreendimentos comerciais conexos ao seu objeto social (CNAE 64.63-8/00); (xi) prestação de serviços de limpeza, contenção e captação de derrames de óleo, podendo inclusive estabelecer centros de combate a derrames de óleo (CNAE 39.00-5/00). **Artigo 3º** - A sociedade terá a sua sede, domicílio legal e foro na cidade de Itu, Estado de São Paulo, sito a Avenida Tiradentes, nº. 2.620, Parque Industrial, CEP 13309-640, podendo criar e manter sucursais, agências, filiais e escritórios em todo o território nacional, a critério da Diretoria. **Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 38.500.000,00 (Trinta e oito milhões e quinhentos mil reais) dividido em 38.500.000 (trinta e oito milhões e quinhentas mil) ações ordinárias e nominativas. **Parágrafo único** - Somente os titulares de ações ordinárias poderão exercer o direito a voto. **Artigo 6º** - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º** - Na ocasião de aumento do capital social da Sociedade, somente os Acionistas com ações ordinárias terão direito de preferência para subscreverem as novas ações, na proporção de suas respectivas participações no capital social, observadas as disposições da Lei 6.404/76. **§1º** - Os Acionistas poderão exercer o Direito de Preferência proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social da Sociedade. **§2º** - O Direito de Preferência será exercido por meio de notificação por escrito (“Notificação do Exercício”), enviada pelos Acionistas ao Vendedor em Potencial, com cópia para Sociedade em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação de Venda. **Artigo 8º** - A sociedade emitirá certificados, cautelares ou títulos múltiplos representativos de ações aos seus acionistas, sempre à ocasião de sua subscrição. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 9º** - As Assembleias Gerais são ordinárias ou extraordinárias, presididas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência ou impedimento, pelo acionista escolhido entre os presentes, a quem caberá escolher o secretário. **Artigo 10º** - A Assembleia Geral Ordinária se reunirá anualmente, nos quatro primeiros meses de cada ano, para discutir, examinar e aprovar o relatório, demonstrações contábeis e demais contas de Diretoria, assim como o parecer de Conselho Fiscal se constituído e deliberar sobre qualquer assunto de interesse social. **§1º** - As Assembleias Gerais deverão ser convocadas na forma da lei. **§2º** - Salvo nas hipóteses em que a lei dispuser de outra forma, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 60% (sessenta por cento) do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação com a presença de acionistas representando o quórum mínimo exigido por lei, os quais farão a indicação, por aclamação, e um presidente para os trabalhos, o qual, por sua vez, escolherá, livremente um ou mais acionistas para a função de secretário. **Artigo 11º** - Salvo disposição em contrário deste Estatuto ou da lei, as deliberações da Assembleia Geral serão sempre tomadas pela maioria simples do capital social dos acionistas com direito a voto presentes ao conclave, não se computando os votos em branco. **Parágrafo único:** será lavrada ata em livro próprio registrando as ocorrências e deliberações tomadas pela Assembleia Geral. **Capítulo IV - Da Administração. Artigo 12º** - A administração da Sociedade competirá, exclusivamente à Diretoria, a qual será composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, e, um Diretor Comercial, todos pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país a serem eleitos em assembleia geral. **§1º** - O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **§2º** - A investidura do cargo far-se-á por termo na própria ata de Assembleia Geral na qual foram eleitos os Diretores ou assinatura de termo de posse no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da Assembleia Geral em que houve a eleição. **§3º** - Ocorrendo, por qualquer razão, vacância em cargo (s) de Diretor reduzindo o número de diretores a menos que dois, será convocada, no prazo de cinco dias, Assembleia Geral para eleger Diretor substituto, o qual exercerá a função até o final do mandato do substituído. **§4º** - Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer Diretor, o Diretor impedido ou ausente será substituído por qualquer outro Diretor, o qual não terá direito a remuneração adicional pelas funções acumuladas. **Artigo 13º** - Os Diretores reunir-se-ão sempre que necessário e as resoluções ou decisões tomadas, constarão, sempre que oportuno e necessário, em registro no “livro de atas de reuniões da diretoria”. **Artigo 14º** - Os Diretores deverão dirigir os negócios sociais exercendo a administração dos negócios da Sociedade, em suas respectivas áreas de atuação, sempre em prol da realização dos objetivos sociais, e observadas as normas legais e estatutárias. **§1º** - **Compete Diretor Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais, em orientação ao trabalho dos demais diretores; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais; d) Gerenciar as atividades industriais e de engenharia da Sociedade; e) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; g) Elaborar a política de expansão de negócios; h) Convocar Assembleia Geral. **§2º** - **Compete ao Diretor Vice-Presidente:** a) Representar a Sociedade em Assembleia de acionistas, em substituição ao Diretor Presidente; b) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; c) Gerenciar os resultados alcançados pelas unidades administrativamente vinculadas, coordenar planos e projetos alternativos e ações corretivas, buscando a excelência dos resultados gerais e setoriais das unidades sob sua coordenação, intensificar ações para redução de custos e a melhoria contínua dos recursos de apoio às atividades sociais, em conjunto com o Diretor Presidente; d) Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e os pedidos de créditos adicionais, em conjunto com o Diretor Presidente; e) Organizar e gerir as áreas de contabilidade, jurídica, de conformidade (Compliance) e de tecnologia da informação; cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos contábeis; f) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio, em conjunto com o Diretor Presidente; g) Convocar Assembleia Geral. h) Substituir o Diretor Administrativo Financeiro em caso de vacância do cargo, podendo, inclusive, cumular suas atividades com as de Diretor Administrativo Financeiro. **§3º** - **Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:** a) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas de finanças, administrativa, gestão de pessoal, de custos, orçamentos e de suprimentos, cabendo-lhe, ainda, elaborar os demonstrativos e projeções financeiras; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. **§4º** - **Compete ao Diretor Comercial:** a) Representar a Sociedade em todos os atos de administração e gestão dos objetos sociais; b) Organizar e gerir as áreas comerciais e de marketing, cabendo-lhe, ainda, elaborar os programas de desenvolvimento de novos negócios e aplicações; c) Executar, em geral, os demais atos e medidas relacionadas com suas finalidades, inclusive quanto ao preparo do expediente próprio; d) Convocar Assembleia Geral. **§5º** - Aos diretores compete, isoladamente: a) a representação da Sociedade ante órgãos e entidades públicas, no que diz respeito à execução dos objetivos sociais; b) despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros benefícios previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do ministério do Trabalho; c) prática de atos ordinários de administração tais como emissão de faturas, duplicatas ou título de crédito sendo a Sociedade na condição de credora, além da prática dos atos ordinários de administração dos negócios sociais; d) movimentação de contas correntes junto a qualquer instituição bancária ou financeira. **§6º** - Dependendo da assinatura de, no mínimo 2 (dois) diretores, em conjunto, sendo, no mínimo um deles o Diretor Presidente ou Vice-Presidente: a) a prática de todo e qualquer ato não descrito no parágrafo quarto acima ou em outro dispositivo deste Estatuto Social que exija a intervenção e número de diretores diferentes; b) a abertura de contas correntes junto a qualquer instituição bancária ou financeira, a emissão e endosso de cheques ou ordens de pagamento; c) a celebração de qualquer contrato ou qualquer ato jurídico que gere obrigações para a Sociedade; d) a outorga de procuração com poderes de cláusula “ad negotia” e/ou “ad iudicia”, com ou sem a outorga de poderes especiais; e) a assinatura de propostas/ofertas de valores superiores a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). **§7º** - Nas demais hipóteses, a companhia será representada sempre conjuntamente por 2 (dois) diretores, ou por 1 (um) diretor e (um) procurador, ou por 1(um) ou mais procuradores, sempre respeitando os poderes a eles conferidos. **§8º** - A nomeação de procurador para as demais finalidades exigirá sempre a assinatura de, no mínimo, 2 (dois) diretores. **§9º** - Cumpridas todas as formalidades de lei, declarou o Sr. Presidente que estavam eleitos como Diretores, nos respectivos cargos: O Sr. **Marco Antonio Gutfreund Formicola**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº. 9.741.980 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 030.853.378-06, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 301, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Presidente; O Sr. **Valter Carmona**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº. 7.974.245 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 667.077.658-68, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 302, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Vice-Presidente; e O Sr. **Alex da Silva Cobra**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de Identidade RG nº. 29.041.953-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº. 215.771.438-33, domiciliado na Avenida Jabaquara, nº. 3.060, 3º Andar, Conjunto 304, Bairro de Mirandópolis, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04046-500; para o cargo de Diretor Comercial. Os administradores declararam ser as penas da Lei que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade empresária, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrarem-se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade. **Artigo 15º** - É expressamente defeso aos Diretores o uso da denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como a prestação, pela Sociedade, de garantias reais ou fidejussórias, fianças, avais, ou outras transações que beneficiem terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), salvo quando autorizadas pela Assembleia Geral. **Artigo 16º** - Os Diretores poderão receber remuneração que venha a ser definida em Assembleia Geral. **Capítulo V - Do Exercício Social e da Distribuição de Dividendos. Artigo 19º** - O exercício social coincidirá com o ano civil. Ao final de cada exercício, serão elaborados os balanços e as demonstrações contábeis previstas em lei, observadas as normas então vigentes. **Artigo 20º** - A Assembleia Geral deliberará acerca do resultado apurado ao final de cada exercício social. **Artigo 21º** - A Sociedade poderá levantar Balanços Patrimoniais parciais e intercálculos para fins de deliberação sobre resultado e distribuição de dividendos em períodos inferiores ao do exercício social. **Artigo 22º** - Os lucros líquidos, regularmente apurados nos balanços, serão distribuídos na seguinte conformidade: 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal; o restante será distribuído como dividendo aos acionistas. **Artigo 23º** - Os Acionistas fixam, como dividendo mínimo obrigatório, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro apurado pela Sociedade no exercício anterior, exceto nos casos em que haja concordância unânime dos acionistas. **Capítulo VI - Da Dissolução e Liquidação. Artigo 24º** - Nos casos de liquidação ou dissolução, os Acionistas elegerão um liquidante, que procederá, na forma da lei, o levantamento dos haveres e deveres da Sociedade e a divisão proporcional à participação dos acionistas no capital social. **Parágrafo único** - A Assembleia Geral que eleger o liquidante poderá estabelecer normas procedimentais respectivas. **Capítulo VII - Do Acordo de Acionistas. Artigo 25º** - A Diretoria da Sociedade e o presidente da Assembleia Geral deverão respeitar as disposições validamente acordadas em Acordo de Acionistas depositado na sede da Sociedade, quando houver. **Capítulo VIII - Do Foro. Artigo 26º** - Fica eleito o foro da comarca de São Paulo/SP para dirimir as controvérsias oriundas da relação societária estabelecida pelos acionistas nesta Sociedade, inclusive quanto aos conflitos envolvendo a própria Sociedade e seus administradores, acionistas ou não. **Capítulo IX - Dos Casos Omissos. Artigo 27º** - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela legislação vigente da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e legislação posterior. **Certifico que o presente instrumento é cópia fiel do original lavrado no Livro de Registro de Atas de Assembleia Geral da Sociedade.** São Paulo (SP), 03 de fevereiro de 2023.

Publicidade Legal

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

Relatório da Administração

A Diretoria informa aos seus acionistas, nos termos do artigo 133, I e § 5º, da Lei nº 6.404/76, os fatos administrativos, negociais e sociais mais relevantes ocorridos durante o exercício social findo em 31/12/2023: **(i)** Tal como nos exercícios anteriores, a Cia. teve como única fonte de receita os aluguéis decorrentes do Contrato de Arrendamento de Direitos Minerários celebrado em 14.6.2005 com a Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda., os quais totalizaram R\$3.255.074,45. O valor mencionado do faturamento foi superior em 12,97% em relação ao do exercício anterior, em razão da maior comercialização de toneladas de pedra, elevação do Preço Médio Líquido, e reajuste do valor mínimo do Arrendamento; **(ii)** Em relação

ao Lucro Líquido do exercício, no montante de R\$340.113,65, ocorreu uma redução da ordem de 47,67% em relação ao ano anterior, em razão do aumento das despesas administrativas e despesas financeiras; **(iii)** Por outro lado a Cia. obteve êxito com a diminuição do endividamento oneroso em 16,02%; **(iv)** Quanto às disponibilidades financeiras da Cia. verificou-se uma redução de 57,08%, em função do bloqueio judicial liminar decorrente da ação de execução nº 0014549-88.2007.4.01.3400 em trâmite perante a 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF/TRF1, cujo valor está incorporado no Ativo Não Circulante; **(v)** A Cia. obteve provimento parcial ao recurso de apelação cível junto ao TRF1, nos autos

do processo nº 0032532-71.2005.4.01.3400, o que resultou na anulação da sentença recorrida e retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de dar prosseguimento ao feito, inclusive com a retomada da instrução probatória. O referido processo objetiva a anulação do Auto de Infração objeto da execução fiscal mencionada no item "iv" acima; e **(vi)** Em 24/05/2023, foi proferida sentença nos autos da ação de usucapão nº 0017840-34.2011.8.26.0100, ajuizada contra a Cia. e outros, julgando improcedentes os pedidos da petição inicial. O processo aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pelas autoras. São Paulo-SP, 16/02/2024. A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante Disponível	2.143.358,63	4.994.725,41
Caixa		
Bancos Conta Movimento	439,20	86.357,13
Aplicações Financeiras	2.142.919,43	4.908.368,28
Adiantamento a Fornecedores	987,33	-
Impostos a Recuperar	106.118,36	97.984,95
(=) Total do Ativo Circulante	2.250.464,32	5.092.710,36
Realizável a Longo Prazo	3.550.032,08	-
Depósitos Judiciais e Compulsórios	3.550.032,08	-
(=) Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	3.550.032,08	-
Permanente	4.416.796,56	4.812.182,16
Imobilizado Líquido	4.416.796,56	4.812.182,16
(=) Total do Ativo Permanente	4.416.796,56	4.812.182,16
Total do Ativo	10.217.292,96	9.904.892,52

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	221.137,87	152.409,12
Fornecedores	-	-
Obrigações Sociais	153.147,71	100.965,20
Obrigações Fiscais	67.990,16	51.443,92
(=) Total do Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo	221.137,87	152.409,12
Contingência Fiscal	426.326,18	426.326,18
Refis	79.092,64	175.534,60
(=) Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	505.418,82	601.860,78
Patrimônio Líquido	9.996.156,27	9.751.622,62
Capital Social	2.530.000,00	2.530.000,00
(y) Capital a Integralizar/Subscrever	-	-
Reservas de Capital	192.942,19	192.942,19
Reservas de Reavaliação	10.549.913,00	10.549.913,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	(4.122.232,57)	(4.772.204,57)
Resultado do Exercício	340.113,65	649.972,00
(=) Total do Patrimônio Líquido	9.996.156,27	9.751.622,62
Total do Passivo	10.217.292,96	9.904.892,52

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	3.255.074,45	2.881.238,24
(-) Deduções da Receita	(323.563,91)	(284.661,08)
(=) Receita Líquida	2.931.510,54	2.596.577,16
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
(=) Resultado Bruto	2.931.510,54	2.596.577,16
(+/-) Despesas e Receitas Operacionais	(2.466.543,03)	(1.775.091,59)
Despesas Administrativas	(2.240.172,91)	(1.657.324,58)
Depreciação/ Amortização/ Exaustão	(395.385,60)	(395.385,60)
Despesas Tributárias e Não Dedutíveis	(31.173,62)	(1.773,40)
Despesas Financeiras	(283.027,02)	(110.862,32)
Receitas Financeiras	483.216,12	390.254,31
(=) Total das Rec. e Desp. Operacionais	(2.466.543,03)	(1.775.091,59)
(=) Resultado Operacional	464.967,51	821.485,57
(+/-) Outras Rec. e Desp. Não Operac...	-	-
(=) Result. Antes das Prov. Tributárias	464.967,51	821.485,57
(-) Contribuição Social	(37.284,84)	(51.753,60)
(-) Imposto de Renda	(87.569,02)	(119.759,97)
(=) Resultado Líquido do Exercício	340.113,65	649.972,00
(=) Result. Liq. do Exerc. P/1,000 Ações - R\$	6.655	10.808

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em R\$)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Ativid. Operacionais	340.113,65	649.972,00
Lucro Líquido do Exercício	340.113,65	649.972,00
Ajustes ao Lucro Líquido	(3.782.120)	9.490.735
(+) Depreciações/Amortizações	139.001,28	139.001,28
(+) Exaustão	256.384,32	256.384,32
Lucro Líquido Ajustado	735.499,25	1.045.357,60
Variáveis das contas Patrimoniais	(3.550.032,08)	-
Depósitos Judiciais e Compulsórios	(3.550.032,08)	-
Fornecedores	(987,33)	(1.087,41)
Impostos e contribuições	(35.846,62)	(178.455,96)
Fluxo de caixa das atividades Operacionais	(2.851.366,78)	865.814,23
(-) Variação do Caixa e Equivalente	(2.851.366,78)	865.814,23
Saldo Inicial Caixa/Equivalente	4.994.725,41	4.128.911,18
Saldo Final Caixa/Equivalente	2.143.358,63	4.994.725,41
Variação da Conta Caixa/Equivalente	(2.851.366,78)	865.814,23

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. **Contexto Operacional** – A Companhia, com sede na cidade de São Paulo, a Avenida Coronel Sezefredo Fagundes, 7901, Bairro Tucuruvi, tem como objetivo o arrendamento de jazida mineral para exploração de brita.
2. **Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis realizadas no Brasil, substanciadas na lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e modificações introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, procedimentos e normas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.
3. **Principais Práticas Contábeis – a) Apuração do Resultado:**

O Resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.
b) **Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o tempo de vida útil de cada item, baseado nos preceitos estabelecidos pela secretaria da Receita Federal através do Regulamento do Imposto de Renda em vigência. Imposto de Renda em vigência.
4. **Mutações do Patrimônio Líquido – a) Reserva Legal:** A legislação estabelece que deva ser constituída uma reserva, mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, até que a reserva atinja o limite de 20% do capital social.

Sergio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho
Diretor AdministradorClaudio Augusto Teixeira de Carvalho
Diretor AdministradorJarbas Teixeira de Carvalho Junior
Diretor AdministradorRomualdo Cesar
Contador – CRC nº 1SP 303.282/O-0

Prema Consultoria Empresarial Ltda.

CNPJ/MF nº 12.777.644/0001-70 – NIRE 35.224.707.344

Decisão dos sócios 15 de fevereiro de 2024

Aos 15 de fevereiro de 2024, às 10hs, em sua Sede Social, decidem os únicos sócios da empresa, supra acima citada, pela redução do capital social de R\$ 580.000,00, para R\$ 5.000,00, por capital excessivo em relação a objeto, conforme Artigo 1.082 da Lei 10.406, de 10/01/2002 (Novo Código Civil), restituindo o valor das quotas ao sócio. São Paulo 15 de fevereiro de 2024.

Rhodia Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 57.507.626/0001-06 – NIRE 35.300.019.385

Data e Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de dezembro de 2023

Local, Data e Hora: 28/12/2023, às 14h00 na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade das acionistas. **Mesa:** Sra. Renata Giralde de Manreza Weigt, Presidente e Renato Murari Pace, Secretário. **Deliberações tomadas por unanimidade:** 1. Aprovada a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022. 2. Aprovadas as Contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, publicados em 11/07/2023 no jornal Data Mercantil do Estado de São Paulo, página 5 e na versão digital do mesmo, nas páginas de 1 a 5 do mesmo dia. 3. Fica consignada a apuração de lucro líquido no valor de R\$ 691.533.034,98, aprovada a destinação de 5% desse valor, equivalente a R\$ 34.576.651,75 para reserva legal; R\$ 26.365.389,17 para a reserva de lucros fiscais e R\$ 630.590.994,06 à conta de lucros acumulados existente de R\$ 572.481.283,10, passando a ser de R\$ 1.203.072.277,16. 4. Considerando as antecipações de lucros aos sócios durante o exercício 2022 decorrentes dos pagamentos de juros sobre o capital próprio no total de R\$ 105.736.999,99, remanesce o saldo de lucros acumulados no valor de R\$ 1.097.335.277,17 e R\$ 119.694.803,14 de reserva legal. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. **Mesa:** Renata Giralde de Manreza Weigt – Presidente; Renato Murari Pace – Secretário. JUCESP – Registrado sob nº 002.001/24-0 em 04/01/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Aquamec Indústria e

Comércio de Equipamentos S.A.

CNPJ nº 21.998.472/0001-55 - NIRE 35.300.586.972

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2023

Data/Horário/Local: 29/04/2023, 15hs, na sede da Companhia. **Presença e Convocação:** Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Presidente, Sr. Marco Antonio Gutfreund Formicola; Secretário, Sr. Valtter Carmona. **Deliberações aprovadas:** - As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2022, publicado no Data Mercantil, que ficarão arquivados na sede social; - A Constituição da reserva legal do exercício; - Levantar o lucro apurado no exercício encerrado em 31/12/2022, para as contas de lucros/prejuízos acumulados; decidindo-se pela não distribuição de dividendos. Nada mais. São Paulo (SP), 29/04/2023. JUCESP nº 225.388/23-6 em 31/05/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4781	Peso (Chile) - 0,005073
Dólar (EUA) - 4,9419	Peso (México) - 0,2886
Franco (Suíça) - 5,6043	Peso (Uruguai) - 0,1264
Iene (Japão) - 0,03284	Yuan (China) - 0,6869
Libra (Inglaterra) - 6,2377	Rublo (Rússia) - 0,05364
Peso (Argentina) - 0,005895	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3432

FWMA Administradora Ltda.

CNPJ/ME nº 64.544.455/0001-50

Convocação – Reunião de Sócios

Na qualidade de administradora da sociedade, venho convocar V.Sa. para comparecer na "Reunião de Sócios" no dia 07/03/2024 às 12h00 em primeira chamada, com 3/4 do capital social e, caso necessário, às 12h30 em segunda chamada, com qualquer número, na sede em São Paulo-SP, na Rua Haddock Lobo, nº 578, 1º andar, conjunto 12, Cerqueira César, para tratar sobre a Ordem do Dia: **a)** Alterar a cláusula da administração do Contrato Social, para aceitar a renúncia de Maria Augusta de Faria Assis Amaral de Almeida, como administradora da empresa e nomear as sócias Lucila Amaral de Almeida Branco e Maria Augusta Amaral de Almeida Vasconcelos de Souza como novas administradoras e consequentemente alterar a cláusula de administração; **b)** Deliberar sobre a distribuição de lucros acumulados de 2022 e 2023; **c)** Deliberar sobre a venda do imóvel localizado na Rua Olavo Bilac, 267, São Bernardo do Campo; e **d)** outros assuntos. Os Sócios poderão se fazer representar por procurador devidamente constituído através de outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. São Paulo, 23/02/2024. Maria Augusta de Faria Assis Amaral de Almeida. (23, 26 e 27/02/2024)

Farih 5 Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 28.387.000/0001-05 – NIRC 167.818

5ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento, **Eayila 5 Participações Ltda.**, única sócia desta Sociedade, neste ato representada por sócia, Sra. **Christiane lasbek Felicio Manaf**, RG nº 22.598.869-0 SSP/SP e CPF/MF nº 214.632.458-90, resolve alterar o Contrato Social, com os seguintes termos e condições: **I - Redução do Capital Social:** I.1. Por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, dos atuais R\$ 2.921.200,00 para R\$ 2.721.200,00, mediante a restituição dos valores à única sócia, com a diminuição proporcional do valor nominal, equivalente a 200.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **I.2.** A redação da Cláusula 5ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 5ª:** O capital social da Sociedade é de R\$ 2.721.200,00, dividido em 2.721.200 quotas idênticas, de R\$ 1,00 cada, todas subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, integralmente detidas pela sócia única **Eayila 5 Participações Ltda.** **§ 1º:** A responsabilidade da sócia única é restrita ao valor de suas quotas, mas responderá solidariamente pela integralização do capital social da Sociedade. **§ 2º:** A sócia única não responde de maneira subsidiária pelas obrigações sociais." **II - Consolidação do Contrato Social:** II.1. Consolidar o Contrato Social da Sociedade. São Paulo/SP, 29/12/2023.

Eayila 5 Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 27.932.515/0001-86 – NIRC 440.185

6ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento, **Christiane lasbek Felicio Manaf**, RG nº 22.598.869-0 SSP/SP e CPF/MF nº 214.632.458-90, Na qualidade de única sócia desta Sociedade, resolve alterar o Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos: **I - Redução do Capital Social:** I.1. Decida a sócia única reduzir o capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, de R\$ 3.290.298,00 para R\$ 3.120.739,00, uma redução de R\$ 169.559,00. **I.2.** Em razão da redução acima, a Cláusula Quinta do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula Quinta.** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 3.120.739,00, dividido em 3.120.739 quotas sociais, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 cada, totalmente detidas pela sócia única **Christiane lasbek Felicio Manaf.** **Parágrafo Único.** A responsabilidade da sócia única é limitada ao valor de suas respectivas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais." **II - Consolidação do Contrato Social:** II.1. Resolve a sócia única consolidar o contrato social. São Paulo/SP, 29/12/2023. **Sócia Única e Administradora:** **Christiane lasbek Felicio Manaf.**

Ezze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Diretoria da Ezze Seguros S.A. convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em **AGOE**, que realizar-se-á no dia **27/03/2024, às 15h00min, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP**, com a seguinte ordem do dia: em **AGO:** a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023; b) dar destinação aos resultados, se houver; c) eleição para membros da Diretoria com mandatos vencendo no exercício de 2024; d) fixar os honorários dos administradores. Em **AGE:** a) Aprovar investimento para aquisição de sistema de CRM; b) Propor alteração do Artigo 21 do Estatuto Social, a fim de listar, de forma não taxativa, matérias a serem deliberadas em reunião de diretoria; c) Aprovar o estatuto social consolidado da companhia. Ficam os Srs. Acionistas avisados que os documentos pertinentes à Ordem do Dia encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo/SP, 22/02/2024. A Diretoria. (23, 24 e 27/02/2024)

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 4,9413 / R\$ 4,9419 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9504 / R\$ 4,9524 *

Turismo - R\$ 4,9658 /

R\$ 5,1458

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: +0,29

OURO BM&F

R\$ 289,500

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,16%

Pontos: 130.240

Volume financeiro:

R\$ 22,555 bilhões

Majores altas: Magaz Luiza

ON (7,65%), Braskem

PNA (6,35%), Hapvida

ON (5,60%)

Majores baixas: Pão de

Açúcar (-6,79%), WEG

ON (-3,17%), JBS ON

(-2,57%)

S&P 500 (Nova York):

2,11%

Dow Jones (Nova York):

1,18%

Nasdaq (Nova York):

2,96%

CAC 40 (Paris): 1,27%

Dax 30 (Frankfurt): 1,47%

Financial 100 (Londres):

0,29%

Nikkei 225 (Tóquio):

2,19%

Hang Seng (Hong Kong):

1,45%

Shanghai Composite

(Xangai): 1,27%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 0,86%

Merval (Buenos Aires):

3,51%

IPC (México): 0,19%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Junho 2023: -0,08%

Julho 2023: 0,12%

Esze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24

Relatório da Administração

Aos Acionistas: Senhores acionistas, É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras de **EZZE Seguros S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Sobre nós:** A EZZE Seguros iniciou suas operações em outubro de 2019. Suas políticas foram construídas com os melhores conceitos de governança e práticas de mercado, principalmente quando falamos de subscrição e precificação. Trabalhamos com a estratégia de "Multi Cana" e "Multi Produto", operando em diversos ramos de seguros, nosso portfólio conta com produtos voltados para áreas de Seguros de Automóvel, Nuclear, Pessoas, Transportes, Petróleo, Patrimonial, Responsabilidades, Riscos Financeiros, e Transportes. Durante o ano de 2023, a Seguradora manteve o foco nas melhorias das plataformas tecnológicas já construídas, assim como a implementação de novas soluções de negócios visando propiciar agilidade e comodidade aos nossos clientes e parceiros de negócio. **Desempenho:** O ano foi marcado por uma economia mais estável comparado ao exercício de 2022, a inflação acumulada fechou em 4,62%, dentro das expectativas estipuladas pelo governo. Também foi possível observar que o Banco Central conduziu uma diminuição da taxa Selic, fechando dezembro de 2023 em 11,75% e com expectativas de redução ao decorrer do ano de 2024. As aplicações financeiras registraram um crescimento de 53%, totalizando R\$ 286.639 milhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$187.000 em 31 de dezembro de 2022). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores.

Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. O volume de prêmios emitidos em 2023 atingiu R\$1.018 milhões o que representa um crescimento de 37% ou R\$275 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 743 milhões em 2022). O crescimento foi impulsionado pela abordagem orgânica na capacitação de novos negócios nos produtos de seguros, como por exemplo, o Automóvel Frota e a consolidação dos ramos de atuação que a Seguradora iniciou nos anos anteriores. Essa performance reflete o resultado de ações implementadas pela administração, estando em linha com sua visão de solidez, rigidez na aceitação de risco e metas de longo prazo. O índice de sinistralidade em 2023 ficou em 23%, ou seja 13 p.p melhor do que em 31 de dezembro de 2022, que foi afetado principalmente pelo ramo Rural. Como parte da estratégia e solidez, a Seguradora avalia a sinistralidade das carteiras com o objetivo de buscar maior eficiência ao negócio. As despesas de comercialização atingiram 28% dos prêmios ganhos em 2023, 3% p.p maior que ano de 2022. Tal crescimento está relacionado ao "mix" dos produtos comercializados. As despesas administrativas atingiu 10% dos prêmios ganhos em 2023, seguindo praticamente o mesmo patamar do exercício de 2022. Além disso, ressaltamos que a companhia segue de forma arrojada o controle orçamentário, seguindo o planejado para o momento da Seguradora. A EZZE Seguros S.A. apresentou em 31 de dezembro 2023 um lucro líquido de R\$ 51 milhões, um crescimento de 122% ou uma melhoria de R\$28 milhões em relação ao lucro líquido de R\$ 23 milhões em 31 de dezembro de 2022, diretamente relacionado ao forte

crescimento nas carteiras, a diminuição da sinistralidade e ao rígido controle de despesas administrativas. **Perspectivas 2024:** Manteremos o foco na consolidação de soluções tecnológicas e na qualificação dos processos organizacionais. Permaneceremos concentrando esforços no desenvolvimento de negócios, em consonância com o direcionamento estratégico. **Recursos Humanos:** A EZZE Seguros mantém em seu quadro profissionais com vasta experiência em suas áreas de atuação, este capital intelectual lhe proporciona condições plenas de se manter altamente competitiva frente aos seus concorrentes. A administração está comprometida com este processo contínuo de formação e aperfeiçoamento da equipe. **Distribuição de Dividendos:** Os acionistas têm direito a receber, como dividendo, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em cada exercício, salvo deliberação contrária em virtude de capitalização dos resultados, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em virtude das perspectivas para o ano de 2024, os acionistas propuseram a retenção total dos dividendos no exercício 2023, ou seja, absorção dos lucros ao capital da Seguradora **Agradecimentos:** A EZZE Seguros S.A. agradece a seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio dedicados à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.

A Administração.

Balanco patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/prejuízo por lote de mil ações)			
Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		1.092.756	692.360	Circulante		919.231	697.970
Disponível	4.b	1.432	18.200	Contas a pagar		30.353	14.730
Caixa e bancos		1.146	16.475	Obrigações a pagar	9	10.190	496
Equivalente de caixa		286	1.725	Impostos e encargos sociais a recolher	10.a	12.950	10.623
Aplicações	4.b/5	242.983	96.265	Encargos trabalhistas		2.530	1.247
Créditos das operações com seguros e resseguros		375.489	254.120	Impostos e contribuições	10.b	4.036	2.359
Prêmios a receber	4.b/6	347.064	215.651	Outras Contas a Pagar		647	5
Operações com seguradoras	4.b	10.813	11.255	Débitos das operações com seguros e resseguros		241.336	238.769
Operações com resseguradoras	4.b	17.612	27.214	Prêmios a restituir		2.304	10.836
Outros créditos operacionais	8.a	1.922	1.646	Operações com seguradoras	11	12.922	8.143
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	4.a/13	307.751	205.026	Operações com resseguradoras	12	156.669	180.438
Títulos e créditos a receber		10.928	13.960	Corretores de seguros e resseguros	13.a	64.235	35.278
Títulos e créditos a receber	7.a	4.485	5.409	Outros débitos operacionais	13.b	5.206	4.074
Créditos tributários e previdenciários	7.b	579	7.103	Depósito de terceiros	15	20.683	35.642
Outros créditos	7.c	5.864	1.448	Provisões técnicas - seguros	4.a/14	626.199	408.829
Outros valores e bens		1.451	10	Danos		626.199	408.829
Bens a venda	8	1.451	10	Outros Débitos		660	-
Despesas antecipadas		6.429	6.935	Provisões trabalhistas	23.a	660	-
Custos de aquisição diferidos	14	144.371	96.198	Passivo não circulante		307.367	199.400
Ativo não circulante		249.095	267.332	Contas a pagar		1.333	1.024
Realizável a longo prazo		234.536	265.495	Obrigações a pagar	9	1.333	1.024
Aplicações	4.b/5	43.656	90.735	Débitos das operações com seguros e resseguros		78.617	14.917
Créditos das operações com seguros e resseguros		38.543	38.193	Operações com seguradoras	11	11.651	3.321
Prêmios a receber	4.b/6	36.466	37.465	Operações com resseguradoras	12	60.974	7.136
Operações com seguradoras	4.b	2.077	728	Corretores de seguros e resseguros	13.a	5.992	4.460
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	4.a/14	72.880	88.827	Provisões técnicas - seguros	4.a/14	227.417	183.459
Títulos e créditos a receber		3.540	6.351	Danos		227.417	183.459
Créditos tributários e previdenciários	7.b	3.540	6.351	Patrimônio líquido		115.253	62.322
Custos de aquisição diferidos	14	75.917	41.389	Capital social	17	45.000	45.000
Imobilizado		719	837	Ajuste de avaliação patrimonial		(5.309)	(7.561)
Bens móveis		709	719	Reserva de Lucros		75.562	24.883
Outras imobilizações		10	118	Total do passivo e patrimônio líquido		1.341.851	959.692
Intangível	16	13.840	1.000				
Total do ativo		1.341.851	959.692				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de Capital em aprovação	Reserva legal	Reservas de Lucros	Ajuste com TVM	Lucros/(prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	14.998	112	2.124	(6.323)	40.911
Aprovação aumento de Capital Port.	15.000	(14.998)	-	-	-	2
Ajustes com TVM	-	-	-	-	(1.238)	(1.238)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.647
Transferência para reserva retenção lucros	-	-	-	21.515	-	(21.515)
Transferência para reserva legal	-	-	1.132	-	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000	-	1.244	23.639	(7.561)	62.322
Aprovação aumento de Capital Port.	-	-	-	-	-	-
Ajustes com TVM	-	-	-	-	2.252	2.252
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	50.679
Transferência para reserva retenção lucros	-	-	-	48.145	-	(48.145)
Transferência para reserva legal	-	-	2.534	-	-	(2.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.000	-	3.778	71.784	(5.309)	115.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A EZZE Seguros S.A. (doravante EZZE Seguros), é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.534.848/0001-24, está estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50 - 10 Andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP: 04.543-000. Foi constituída em 08 de agosto de 2018, transformada em seguradora conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 16 de setembro de 2019. Teve sua autorização para operar através da Portaria SUSEP nº 7.519, de 25 de setembro de 2019. As operações de comercialização de seguros efetivamente iniciaram em outubro de 2019. A EZZE Seguros está autorizada a operar em seguros de danos e pessoas em todo território nacional.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em consonância com a Circular nº 648/22 e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de fevereiro de 2024. b) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da EZZE Seguros em continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. c) **Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e • Provisões técnicas e ativos de resseguros, mensurados de acordo com as determinações da SUSEP. d) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da EZZE Seguros, e moeda do principal ambiente econômico em que opera, expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. e) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da EZZE Seguros e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil; • **Notas 3.1** - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • **Notas 3.d e 5** - Aplicações (Instrumentos Financeiros); e • **Notas 3.j e 14** - Provisões técnicas. f) **Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. g) **Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. h) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Desde 01 de janeiro de 2023, o CPC 48 e CPC 50 passaram a vigorar, entretanto até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado CPC 50, já o CPC 48 entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024. Sendo assim, não há impactos para a Seguradora no período atual. Essas normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme segue: • **CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9):** Dentre as normas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que inclui orientação revista sobre a

classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em 18 de maio de 2018, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguros substituindo a IFRS 4, Contratos de Seguro. A IFRS 17 é efetiva para períodos anuais que iniciem em ou após 1º de janeiro de 2021 e quando referenciada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pela SUSEP, conforme segue: • **IFRS 17 Contratos de Seguro:** A IFRS 17 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros emitidos utilizando como mensuração o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento esperados, mais uma margem de risco não financeiro para refletir o valor que a Seguradora requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época destes fluxos de caixa. A abordagem de alocação de prêmio (the "premium allocation approach") estabelece uma abordagem semelhante à contabilidade atual para mensuração do passivo por cobertura remanescente (prêmios não ganhos) e a apropriação da receita de seguros. Esta abordagem é geralmente utilizada para apólices que fornecem cobertura para doze ou menos meses. Para as apólices que não forem mensuradas pela abordagem de alocação de prêmio, a IFRS 17 determina a mensuração por outras métricas que incluem o modelo geral de mensuração o qual estabelece que a mensuração por fluxos de caixa de cumprimento e uma margem de seguro que representa a parcela de lucro não ganho. A IFRS 17 determina que uma empresa reconheça lucros à medida que entrega cobertura de seguros. • **Principais políticas materiais contábeis:** As políticas materiais contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pela EZZE Seguros para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. b) **Aprovação do resultado:** As despesas são reconhecidas pelo regime de competência. c) **Reconhecimento de receita:** • Os prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. • Os saldos relativos aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculados com base em metodologia atuarial. • As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. • As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros. d) **Instrumentos financeiros: 1. Ativos financeiros:** A EZZE Seguros classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i) **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A EZZE Seguros gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período, a EZZE Seguros não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. ii) **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Na data das demonstrações financeiras, a EZZE Seguros não possui ativos financeiros classificados nessa categoria. iii) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é

transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado. iv) **Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber". v) **Determinação do valor justo:** Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Os fundos de investimento são valorizados com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e B3-Brasil, Balcão e Balcão S.A. vi) **Redução do valor recuperável dos ativos financeiros:** A EZZE Seguros avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. vii) **Redução ao valor recuperável de prêmios a receber e cosseguro aceito:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os prêmios de riscos vigentes e cosseguro aceito através de estudo técnico desenvolvido pela Seguradora, o mesmo considera a expectativa de recebimento, utilizando como base a parcela decorrida dos prêmios pendentes do mês de fechamento, líquidos de Cosseguro e Resseguro. viii) **Redução ao valor recuperável de sinistros pagos a recuperar e cosseguro cedido:** A EZZE Seguros constitui redução ao valor recuperável sobre os ativos por contrato de resseguro e recuperações de cosseguro cedido quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos. e) **Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios, equipamentos e instalações utilizados na condução dos negócios da EZZE Seguros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a EZZE Seguros e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. Depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:

Grupo de ativo	Vida útil estimada	Depreciação ao ano %
Móveis e utensílios	10 anos	10,00%
Equipamentos	05 anos	20,00%
Instalações	03 anos	33,33%

continuação

continuação

f) Imparidade de ativos não financeiros: Os ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **g) Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro, são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **h) Classificação e mensuração dos contratos de seguros:** Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os contratos de resseguro também são classificados como "Contrato de seguros", pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros e registrados contabilmente, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/22, e alterações posteriores. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado conforme decorre a vigência do risco. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata-dia" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Provisões técnicas - Seguros e Resseguros:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/22 e alterações posteriores, da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: **• A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)**, representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata dia", tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso ou a data de início de vigência, o que ocorrer primeiro. **• A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE)**, representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia atuarial, baseada no histórico de emissões em atraso de cada ramo operacionalizado ou na média de mercado para ramos que ainda não possuem histórico de emissões na EZZE Seguros. **• A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**, é constituída por estimativa das obrigações a pagar, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, brutas das operações de resseguro, incluindo as operações de cosseguro aceito e líquida das operações de cosseguro cedido e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial. Adicionalmente, a PSL abrange os valores relativos às indenizações, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. Para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, o departamento jurídico e assessores jurídicos da EZZE Seguros seguem os parâmetros estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/22 e alterações posteriores. Neste sentido, emitem um parecer contendo a probabilidade de perda, sendo que as avaliações são feitas com base na importância segura, posição jurisprudencial em casos análogos e qualidade dos documentos produzidos pela EZZE Seguros. **• A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)**, é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros. Esta provisão abrange as despesas, alocáveis ou não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenização ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. **• A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)**, representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das Demonstrações Financeiras. Esta provisão é calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico em relação aos sinistros ocorridos e não avisados, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. **• A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente provisionados (IBNeR)** é constituída por meio de estimativa atuarial para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, conforme definido em Nota Técnica Atuarial. **k) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixas nominais projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETT) J de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer optou-se por utilizar um percentual de sinistralidade considerando como base a média dos últimos exercícios ou o exercício corrente. Nos casos em que a sinistralidade observada no último ano estiver mais "adequada" que a sinistralidade esperada no Plano Interno da Companhia, o atuário responsável pelo cálculo pode optar por utilizar a que melhor se adequar a experiência atual da Seguradora. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descritos não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2023, dessa forma não havendo a necessidade de efetuar o cálculo para os respectivos ativos de resseguro conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes. As principais premissas utilizadas foram: **• Taxa de Juros:** Taxa de juros livre de risco pré-fixada (ETT). **• Sinistralidade:**

Grupo	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	59%	0%
Habitacional	25%	26%
Nuclear	5%	5%
Patrimonial	33%	25%
Pessoas Coletivo	25%	43%
Pessoas Individual	5%	26%
Petróleo	5%	4%
Responsabilidades	30%	5%
Riscos Financeiros	15%	17%
Rural	0%	401%
Transporte	48%	55%

l) Resseguro: Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência significativa do risco de seguro. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da EZZE Seguros com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações mantidas com resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguro cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, de acordo com as definições da Circular SUSEP nº 648/22 e alterações posteriores. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem resarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **m) Provisões e passivos contingentes:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **n) Benefícios aos empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. A EZZE Seguros não oferece benefícios pós-emprego. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins

de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **p) PIS e Cofins:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para o Cofins pela alíquota de 4% na forma da legislação vigente. **q) Gerenciamento de riscos:** A EZZE Seguros, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de seguro;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** **• Risco operacional;** e **• Risco de capital.** A seguir apresentamos informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela EZZE Seguros na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **a) Risco de Seguro:** Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o risco de seguro apresenta características de aleatoriedade e sua previsibilidade é baseada em técnicas estatístico-atuariais. Como parte de sua política de gestão de riscos, a EZZE Seguros possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Administração entende que o principal risco transferido é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. A EZZE Seguros utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de qualidade, de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo do risco, questões geográficas e o tipo de indústria, fator relevante para os ramos de Riscos Especiais. O quadro abaixo demonstra a segmentação dos prêmios de seguros das carteiras, por percentual ressegurado: **i. Concentração de risco:** As potenciais exposições ao risco de concentração de seguro são monitoradas, por meio de análises de determinadas áreas geográficas, utilizando-se uma série de premissas sobre as características potenciais da exposição ao risco. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseado no valor de prêmio direto bruto e líquido de resseguro.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Centro-Oeste	51.831	5,09%	43.737	6,54%
Nordeste	160.396	15,75%	68.024	10,17%
Norte	26.325	2,59%	25.285	3,78%
Sudeste	594.127	58,35%	402.261	60,11%
Sul	185.451	18,21%	129.891	19,41%
Total	1.018.130	100%	669.198	100%

A tabela abaixo apresenta a concentração de provisões técnicas de seguros por agrupamento de ramos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo bruto de resseguro	Ativo de resseguro	Passivo bruto de resseguro	Ativo de resseguro
Automóvel	34.990	1.524	33.466	-
Habitacional	53	3	50	11
Nucleares	26.543	23.941	2.602	29.122
Patrimonial	218.614	130.722	87.892	113.887
Pessoas Coletivo	126.701	1.064	125.637	89.582
Pessoas Individual	9.665	-	9.665	16.796
Petróleo	58.516	56.809	1.707	63.335
Responsabilidades	81.277	52.370	28.907	49.372
Riscos Financeiros	258.312	107.055	151.257	200.303
Rural	1.134	833	301	1.682
Transportes	37.811	6.310	31.501	28.197
Total	853.616	380.631	472.985	592.287

ii. Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros, bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das EZZE Seguros com seus clientes. (a) PCC: aumento de 5% no percentual de sinistralidade utilizada no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no percentual de sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. (b) PCC: agravo de 5% no valor das despesas administrativas utilizado no cálculo do Teste de Adequação dos Passivos. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% nas despesas administrativas a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. **Abaixo algumas políticas para mitigação do risco de seguro: Política de subscrição:** Os elementos-chave da política de subscrição são: (i) manutenção de controle centralizado de subscrição, para garantir que as políticas e os procedimentos sejam utilizados de maneira consistente e apropriada; (ii) acompanhamento permanente da qualidade dos negócios; e (iii) utilização de técnicas para o desenvolvimento de seu próprio banco de dados de subscrições, sinistros e outras experiências estatísticas para que se possa selecionar e avaliar riscos de forma técnica e comercialmente precisa. Para o gerenciamento do risco de subscrição a EZZE Seguros mantem mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas e normas internas, tendo como objetivo final desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas técnicas e atuariais. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto, bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. **Política de resseguro:** Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos pela EZZE Seguros, foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. As diretrizes de resseguro contêm os riscos a ressegurar (limites de retenção e aceitação por ramo), critério de escolha dos resseguradores e parâmetros de distribuição de resseguros. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. Cabe destacar que as retenções fixadas em contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites técnicos fixados com a SUSEP, em conformidade com a legislação vigente. **i. Sensibilidade da sinistralidade e seus impactos sobre PLA e resultados.**

	31/12/2023	31/12/2022
Variação das premissas		
Considerando aumento na sinistralidade em 5 p.p para o segmento de Danos e 2 p.p. para segmento de Pessoas	(8.093)	(7.092)

b) Risco de crédito: A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. A EZZE Seguros dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de crédito: **• Política de risco de crédito da EZZE Seguros,** sendo que a conformidade com a política é monitorada e exposições e transgressões são apresentadas para a Administração da EZZE Seguros. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. **• Os limites líquidos de exposição são estabelecidos para cada contraparte ou grupos de contrapartes, segmentos por área geográfica ou setor (ou**

seja, são estabelecidos limites para investimentos, depósitos à vista, exposições cambiais e classificação mínima de risco de crédito para investimentos que podem ser mantidos). **• O resseguro é realizado com contrapartes que possuem boas classificações de crédito e a concentração de risco é evitada mediante a observância das orientações previstas na política relacionada aos limites das contrapartes, estabelecidos anualmente pela diretoria e revisados com frequência. A cada data-base, a Administração da EZZE Seguros realiza uma avaliação de crédito das resseguradoras e atualiza a estratégia de contratação de resseguro, ao mesmo tempo apurando uma provisão adequada para redução no valor recuperável. **• O risco de crédito atribuído aos saldos de clientes, incorridos a partir da falta de pagamento são individualizados para os contratos firmados pela EZZE Seguros. Caso não ocorra o pagamento de uma determinada parcela, o contrato de seguro poderá ser cancelado, com o consequente cancelamento do período de risco a decorrer, sem prejuízos para a EZZE Seguros (vide nota 6). O quadro abaixo apresenta o total de ativos financeiros de acordo com a classificação de risco de crédito.****

	BB	BB-	Sem rating	31/12/2023	Total
Caixa e bancos	1.146	-	-	-	1.146
Equivalente de caixa	-	286	-	-	286
Aplicações	-	286.639	-	-	286.639
Prêmios a receber	-	-	383.530	-	383.530
Operações com seguradoras	-	-	12.890	-	12.890
Operações com resseguradoras	-	-	17.612	-	17.612
Outros créditos	-	-	5.864	-	5.864
Total	1.146	-	419.896	-	707.967

	BB	BB-	Sem rating	31/12/2022	Total
Caixa e bancos	-	16.475	-	-	16.475
Equivalente de caixa	-	1.725	-	-	1.725
Aplicações	-	187.000	-	-	187.000
Prêmios a receber	-	-	253.116	-	253.116
Operações com seguradoras	-	-	11.983	-	11.983
Operações com resseguradoras	-	-	27.214	-	27.214
Outros créditos	-	-	6.857	-	6.857
Total	-	205.200	299.170	-	504.370

Os ratings foram atribuídos pela agência classificadora Standard & Poor's e A&M Best. (i) Operações com resseguradoras por tipo de ressegurador e rating

Tipo	Rating	31/12/2023	31/12/2022
Local	A	2.346	185
Local	A+	545	11
Local	A-	2.537	7.171
Local	A++	1.020	2
Local	AA-	-	641
Eventual	A	6.732	10.389
Eventual	AA-	62	-
Eventual	A+	1.064	3.825
Admitida	A+	2.660	1.219
Admitida	A	646	3.771
Total	A	17.612	27.214

b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos ativos e passivos financeiros. Com relação aos eventos catastróficos, há também um risco de liquidez associado às diferenças de época entre os valores brutos de saídas de caixa e a expectativa de recuperação de valores de resseguro. A EZZE Seguros dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez: **• A política de risco de liquidez que estabelece a avaliação e a determinação do que constitui risco de liquidez para a EZZE Seguros. A conformidade com a política é monitorada, • exposições e transgressões são apresentadas para o comitê de risco da EZZE Seguros. A pertinência da política e as mudanças no ambiente de risco são revisadas periodicamente. • Estabelecimento de orientações sobre apropriações de ativos, estrutura de alçadas na carteira e perfis de vencimento dos ativos, de modo a assegurar a disponibilidade dos recursos suficientes para atender às obrigações previstas nos contratos de seguro e investimento. • A EZZE Seguros concentra seus investimentos em papéis de mercados ativos, possibilitando sua realização independente do vencimento escritural do título. • Os contratos de resseguro da EZZE Seguros possuem cláusulas de adiantamento de despesas para o pagamento de sinistros vultuosos. • Definição de planos para financiar contingências que especificam as proporções mínimas de recursos para atender às situações emergenciais, além de identificar de forma específica os eventos que podem recorrer a tais planos. • A EZZE Seguros monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Abaixo demonstramos os ativos e passivos financeiros da EZZE Seguros, por data de vencimento:**

	31/12/2023		31/12/2022	
	Vencidos ou à vencer em 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano	Vencidos ou à vencer em 1 ano	A Vencer em mais de 1 ano
Ativos	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil
Caixa e bancos	1.146	1.146	16.475	16.475
Equivalente de caixa	286	286	1.725	1.725
Ativos financeiros	286.639	242.983	43.656	187.000
Prêmios a receber	383.530	347.064	36.466	253.116
Operações com seguradoras	12.890	10.812	2.078	11.984
Operações com resseguradoras	17.612	17.612	-	27.214
Outros créditos operacionais	1.922	1.922	-	1.646
Ativos de resseguro	380.631	307.752	72.879	293.853
Títulos e créditos a receber	14.468	10.928	3.540	20.311
Outros valores e bens	1.451	1.451	-	10
Despesas antecipadas	6.429	6.429	-	6.935
Custos de aquisição diferidos	220.288	144.371	75.917	137.587
Total de ativos	1.327.292	1.092.756	234.536	957.856
Passivos	1.327.292	1.092.756	234.536	957.856
Contas a pagar	31.685	30.353	1.332	15.754
Débitos das operações com seguros e resseguros	319.953	241.336	78.617	253.685
Depósitos de terceiros	20.683	20.683	-	35.642
Provisões técnicas	853.616	626.198	227.418	592.288
Total de passivos	1.225.937	918.570	307.367	897.369
Liquidez geral	101.355	184.180	307.170	60.487

c) Risco de mercado: O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). A política para risco de mercado visa: **• Definir a apropriação de ativos e a estrutura na carteira, visando assegurar que os ativos lastreiem passivos específicos de seguradora. • A EZZE Seguros adota como política de investimentos, a concentração de seus investimentos em títulos federais, ou em fundos de renda fixa compostos principalmente por títulos públicos federais. Desta forma, a única exposição ao risco nos investimentos é o risco sistêmico do país. d) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido às variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a EZZE Seguros a risco de juros a longo prazo. A política adotada para o risco de taxa de juros determina que a Seguradora administre tal risco mantendo uma combinação adequada entre instrumentos a juros fixos e a juros variáveis. **i. Sensibilidade à taxa de juros:** A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% na taxa básica de juros, e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pré-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PU's de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados para a nova taxa de juros, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
Variação das premissas		
Classe de ativo	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado
Ativos prefixados – Públicos	Aumento de 1% na taxa SELIC	385
Ativos prefixados – Públicos	Redução de 1% na taxa SELIC	(382)
Ativos prefixados – Fundos	Aumento de 1% na taxa CDI	248
Ativos prefixados – Fundos	Redução de 1% na taxa CDI	(246)

ii. Sensibilidade à taxa de inflação: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma

continuação

Ezze Seguros S.A.

possível mudança nas taxas de inflação, mantendo todas as outras variáveis constantes. Utilizamos como premissa a variação em 1% no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), e calculamos o impacto causado nos preços dos títulos públicos federais pós-fixados, por meio das metodologias de cálculo das PUs de cada tipo de ativos. A partir desta simulação de preços ajustados, pudemos calcular o impacto sobre o valor dos ativos da EZZE Seguros e, consequentemente, o impacto no patrimônio líquido e resultado.

Classe de ativo	Variação das premissas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido e Resultado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos pós fixados – Públicos	Aumento de 1% no IPCA	339	329
Ativos pós fixados – Públicos	Redução de 1% no IPCA	(336)	(326)

d) Risco Operacional: A EZZE Seguros define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, erros e omissões pelos colaboradores, sistemas de informações inadequados ou falhos, extrapolação de autoridade dos colaboradores, desempenho insatisfatório, falhas na adoção dos critérios de subscrição, fraudes e eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de riscos operacionais na EZZE Seguros é realizada por toda a diretoria por meio da avaliação e melhorias dos procedimentos operacionais. **e) Risco de Capital:** A EZZE Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo de atender aos requerimentos de capital mínimo, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP, e para manter o retorno sobre o capital para os acionistas. A EZZE Seguros mantém níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios, conforme nota explicativa 19. A EZZE Seguros, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

5. Aplicações: a) Carteira de Aplicações por vencimento:

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/2023		31/12/2022	
	Sem vencimento	Menos de 365 dias	Mais de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado (*)
Ações	1.731	-	-	(912)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	5.080	(25)
Notas do Tesouro Nacional - B	-	21.790	38.022	(7.160)
Notas do Tesouro Nacional - F	-	677	7.455	(752)
Quotas de Fundos de Investimento	-	220.733	-	-
Total	1.731	243.200	50.557	(8.849)

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/2023		31/12/2022	
	Sem vencimento	Menos de 365 dias	Mais de 365 dias	Ajuste ao valor de mercado (*)
Ações	1.731	-	-	(1.040)
Letras Financeiras do Tesouro	-	88.232	38.587	(83)
Notas do Tesouro Nacional - B	-	2.786	54.618	(9.198)
Notas do Tesouro Nacional - F	-	5.710	7.262	(1.605)
Total	1.731	96.728	100.467	(11.926)

(*) O valor do Ajuste do valor de Mercado está bruto de Imposto de Renda e Contribuição Social Os títulos da Seguradora são atrelados às reservas soberanas do país, as quais possuem classificação de risc BB- (Standard & Poor's), exceto as Quotas de Fundos de Investimentos. **b) Hierarquia dos ativos financeiros: Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Movimentação dos títulos e valores mobiliários:**

Ativos financeiros disponíveis para venda

Renda fixa:	Saldo em 31/12/2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor de mercado	Saldo em 31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	126.736	50.371	(181.497)	9.377	69
Notas do Tesouro Nacional - B	Nível 1	48.206	-	(2.354)	4.095	2.704
Notas do Tesouro Nacional - F	Nível 1	11.367	-	(5.056)	217	852
Quotas de Fundos de Investimento (*)	Nível 1	-	260.080	(51.024)	11.677	-
Total		187.000	310.451	(239.931)	25.366	3.753

(*) Em 30 de junho de 2023 a Seguradora realizou a venda de R\$181.497 em papéis relacionados a LFT com o intuito de investir em Quotas de Fundos de investimentos (FIEs – Fundo de Investimento Exclusivos).

Renda variável:	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor de mercado	Saldo em 31/12/2022
Letras do Tesouro Nacional	Nível 1	10.002	-	(10.869)	460	407
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	32.569	103.206	(17.399)	8.235	125
Notas do Tesouro Nacional - B	Nível 1	58.514	-	(13.926)	5.724	(2.106)
Notas do Tesouro Nacional - F	Nível 1	11.794	-	(1.127)	835	(135)
Quotas de Fundos de Investimento	Nível 1	-	-	-	-	-
Total		113.924	103.206	(43.321)	15.254	(2.063)

c) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia contratos envolvendo operações de instrumentos financeiros derivativos.

6. Prêmios a receber: a.1) Composição: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguo aceito, riscos vigentes não emitidos. O período médio de parcelamento dos prêmios da Seguradora é de 5 meses

	31/12/2023		31/12/2022	
	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos
Patrimonial	114.325	849	113.476	52.838
Riscos Financeiros	92.645	2.365	90.280	76.463
Petróleo	39.727	167	39.560	22.382
Responsabilidades	36.494	321	36.173	36.225
Pessoas Coletivo	31.928	747	31.181	24.168
Automóvel	27.727	26	27.701	-
Transportes	29.161	1.603	27.558	26.838
Nucleares	15.274	-	15.274	14.975
Pessoas Individual	2.274	3	2.271	3.619
Demais	148	92	56	98
Total	389.703	6.173	383.530	257.606

a.2) Por vencimento: Os prêmios a receber, por vencimento, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos	Prêmios a receber	Provisão para riscos sobre créditos
Vencidos até 01 a 30 dias	4.191	3.205	4.700	8.410
Vencidos de 31 a 60 dias	2.110	1.133	3.442	345
Vencidos de 61 a 120 dias	6.723	519	6.723	519
Vencidos de 121 a 180 dias	2.030	180	2.030	180
Vencidos de Mais de 365 dias	147.812	113.692	113.692	5 meses
A vencer até 01 a 30 dias*	66.036	21.813	66.036	6 meses
A vencer de 31 a 60 dias	55.628	20.359	55.628	7 meses
A vencer de 61 a 120 dias	28.821	6.242	28.821	8 meses
A vencer de 121 a 180 dias	25.571	39.753	25.571	9 meses
A vencer de 181 a 365 dias	36.466	37.465	36.466	10 meses
Total	383.530	253.116	383.530	253.116

(*) A faixa de prêmios a vencer de 01 a 30 dias inclui os Prêmios de Riscos Vigentes e não Emitidos - RVNE, que totalizam R\$ 72.571 (R\$ 51.985 em 31 de dezembro de 2022). **b)**

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo exercício anterior	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados	IOF
Saldo exercício anterior	253.116	154.697	-	-
Prêmios emitidos	1.142.294	1.142.485	(89.577)	(314.125)
Prêmios cancelados	3.621	25.368	-	-
IOF	20.587	22.055	-	-
Riscos vigentes e não emitidos	(939.918)	(778.621)	-	-
Recebimentos	(1.683)	(2.618)	(4.910)	3.875
Constituição da provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-
Oscilação Cambial	383.530	253.116	-	-
Saldo exercício atual	383.530	253.116	383.530	253.116
Circulante	347.064	215.651	-	-
Não circulante	36.466	37.465	-	-

7. Títulos e créditos a receber: a) Créditos a receber:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Participação dos Lucros em contratos de Resseguro	Total	Participação dos Lucros em contratos de Resseguro	Total
Participação dos Lucros em contratos de Resseguro	4.485	5.409	4.485	5.409
Total	4.485	5.409	4.485	5.409

b) Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto retidos na fonte a compensar	Imposto de renda diferido – Ajustes Temporais	Contribuição social diferida – Ajustes Temporais	Total
Imposto retidos na fonte a compensar	579	7.103	2.213	3.969
Imposto de renda diferido – Ajustes Temporais	1.327	2.382	-	-
Contribuição social diferida – Ajustes Temporais	-	-	579	7.103
Total	4.119	13.454	4.119	13.454
Circulante	579	7.103	-	-
Não circulante	3.540	6.351	-	-

c) Outros créditos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Adiantamentos administrativos	Outros créditos	Total	Circulante
Adiantamentos administrativos	5.757	1.423	7.180	7.180
Outros créditos	107	25	132	132
Total	5.864	1.448	7.312	7.312
Circulante	5.864	1.448	-	-

8. Outros valores e bens:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Salvados	Total	Salvados	Total
Salvados	537	10	914	10
Estimativa de salvados	-	-	-	-
Total	537	10	914	10

a) Expectativas de prazo para realização dos ativos de direitos a salvados e a ressarcimentos estimados reconhecidos no ativo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Mês	1 a 12 meses	Mês	1 a 12 meses
1 mês	563	168	48	15
2 meses	168	48	15	14
3 meses	48	15	14	17
4 meses	15	14	17	61
5 meses	14	17	61	3
6 meses	17	61	3	5
7 meses	61	3	5	7
8 meses	3	5	7	914
9 meses	5	7	914	-
10 meses	7	914	-	-
11 meses	914	-	-	-
12 meses	-	-	-	-
13 a 18 meses	-	-	-	-

b) Desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos de direitos a salvados e a ressarcimentos reconhecidos no ativo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Automóvel	Transporte	Total	Total
Saldo inicial no exercício	-	10	10	10
Aviso	432	561	993	(45)
Cancelamento	(15)	(30)	(45)	-
Ajuste	-	137	137	-
Venda	-	(558)	(558)	-
Saldo final no exercício	417	120	537	537

c) Detalhamento dos saldos de salvados à venda e ressarcimentos a receber:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Automóvel	Transporte	Total	Total
Saldo inicial no exercício	-	70	70	70
Aviso	-	127	127	-
Cancelamento	-	(2)	(2)	-
Ajuste	-	-	-	-
Venda	-	(186)	(186)	-
Saldo final no exercício	-	10	10	10

10. Impostos, contribuições e encargos sociais a recolher:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto Sobre Operações Financeiras	Imposto de Renda Retido na Fonte	Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	Encargo Sobre Folha de Pagamento a Recolher
Imposto Sobre Operações Financeiras	10.545	9.719	909	475
Imposto de Renda Retido na Fonte	909	475	726	93
Imposto Sobre Serviços Retido na Fonte	669	402	101	(66)
Encargo Sobre Folha de Pagamento a Recolher	101	(66)	12.950	10.623
Total	12.950	10.623	12.950	10.623

10.b Impostos e contribuições:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Cofins	Pis/Pasep
Imposto de Renda	668	804	959	516
Contribuição Social	2.104	894	305	145
Cofins	909	475	4.036	2.359
Pis/Pasep	4036	2.359	4.036	2.359
Total	9.719	4.036	9.719	4.036

11. Operações com seguradoras:

Ramos	31/12/2023		31/12/2022	
	Prêmio de cos-seguo aceito a restituir	Prêmio de cos-seguo cedido emitido	Prêmio de cos-seguo cedido a liquidar	Total
Patrimonial	66	14.982	1.790	16.838
Responsabilidades	6	151	514	671
Riscos Financeiros	300	4.870	808	5.977
Petróleo	-	77	984	1.061
Demais	-	15	11	27
Total	372	20.094	4.107	24.573
Circulante	372	8.443	4.107	12.922
Não circulante	-	11.651	-	11.651

12. Operações com resseguradoras:

Ramos	31/12/2023		31/12/2022	
	Prêmio de cos-seguo aceito a restituir	Prêmio de cos-seguo cedido emitido	Prêmio de cos-seguo cedido a liquidar	Total
Patrimonial	12	1.175	1.646	2.833
Responsabilidades	97	490	306	893
Riscos Financeiros	-	7.585	153	7.738
Petróleo	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
Total	109	9.250	2.105	11.464
Circulante	109	5.929	2.105	8.143
Não circulante	-	3.321	-	3.321

13. Corretores

Movimentações dos ativos de resseguros - Provisões técnicas:		31/12/2023		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Saldo em 31/12/2022	268.161	15.906	9.697	88	293.852
Constituições decorrentes de prêmios	348.932	-	-	-	348.932
Diferimento pelo risco decorrido	(316.369)	-	-	-	(316.369)
Aviso de sinistros	-	5.171	-	2.020	7.192
Ajuste de estimativa de sinistros	-	70.503	-	523	71.026
Pagamentos	-	(28.837)	-	(1.919)	(30.756)
Outras constituições	-	(2)	6.755	-	6.753
Saldo em 31/12/2023	300.724	62.742	16.452	713	380.631
Circulante	227.844	62.742	16.452	713	307.751
Não circulante	72.880	-	-	-	72.880

Ativos de resseguros - provisões técnicas:		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Saldo em 31/12/2021	151.368	7.535	3.385	38	162.326
Constituições decorrentes de prêmios	320.783	-	-	-	320.783
Diferimento pelo risco decorrido	(203.990)	-	-	-	(203.990)
Aviso de sinistros	-	17.556	-	1.143	18.699
Ajuste de estimativa de sinistros	-	61.718	-	(2)	61.716
Pagamentos	-	(72.134)	-	(1.091)	(73.225)
Outras constituições	-	1.231	6.312	-	7.543
Saldo em 31/12/2022	268.161	15.906	9.697	88	293.852
Circulante	179.335	15.906	9.697	88	205.026
Não circulante	88.827	-	-	-	88.827

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	151.368	7.535	3.385	38	162.326
Responsabilidades	320.783	-	-	-	320.783
Diferimento pelo risco decorrido	(203.990)	-	-	-	(203.990)
Aviso de sinistros	-	17.556	-	1.143	18.699
Ajuste de estimativa de sinistros	-	61.718	-	(2)	61.716
Pagamentos	-	(72.134)	-	(1.091)	(73.225)
Outras constituições	-	1.231	6.312	-	7.543
Saldo em 31/12/2022	268.161	15.906	9.697	88	293.852
Circulante	179.335	15.906	9.697	88	205.026
Não circulante	88.827	-	-	-	88.827

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transportes	4.194	230	3.834	-	8.258
Riscos Financeiros	86.526	35	315	-	86.876
Pessoas Coletivo	609	-	790	-	1.399
Habitacional	4	-	-	-	4
Rural	-	1.398	-	-	1.398
Pessoas Individual	-	-	-	-	-
Petróleo	61.973	-	-	-	61.973
Nucleares	27.249	-	-	-	27.249
Saldo	268.161	15.906	9.698	88	293.853

Ramos		31/12/2022		31/12/2022	
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	guros
Patrimonial	61.837	13.335	4.380	86	79.638
Responsabilidades	25.769	908	379	2	27.058
Automóvel	-	-	-	-	-
Transport					

continuação

Ernst & Young

este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções

identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.
Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Diana Yukié Naki dos Santos
Sócia
Contadora CRC - SP300514/O

Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Diretores da **Ernst & Young**, São Paulo – SP, CNPJ nº 31.534.848/0001-24. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Ernst & Young** S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

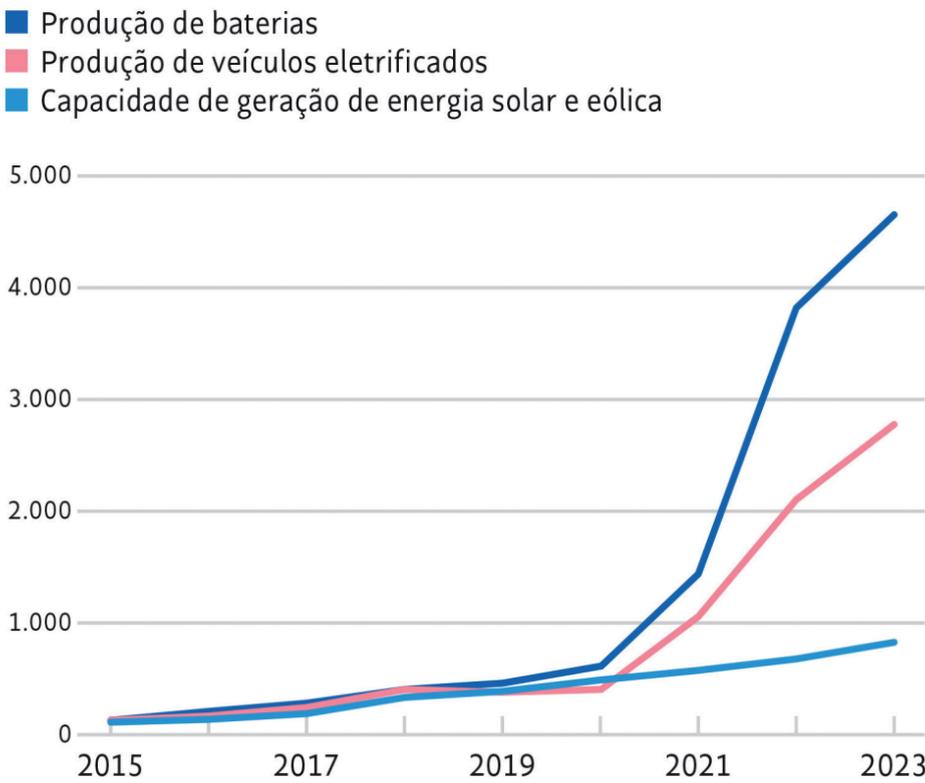
Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros

e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção **Ernst & Young** S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.
Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, CIBA 57
Anderson Silva, CNPJ 03.801.998/0001-11, Atuário - MIBA 2.043.

O rápido crescimento da China nas ‘três novas indústrias’

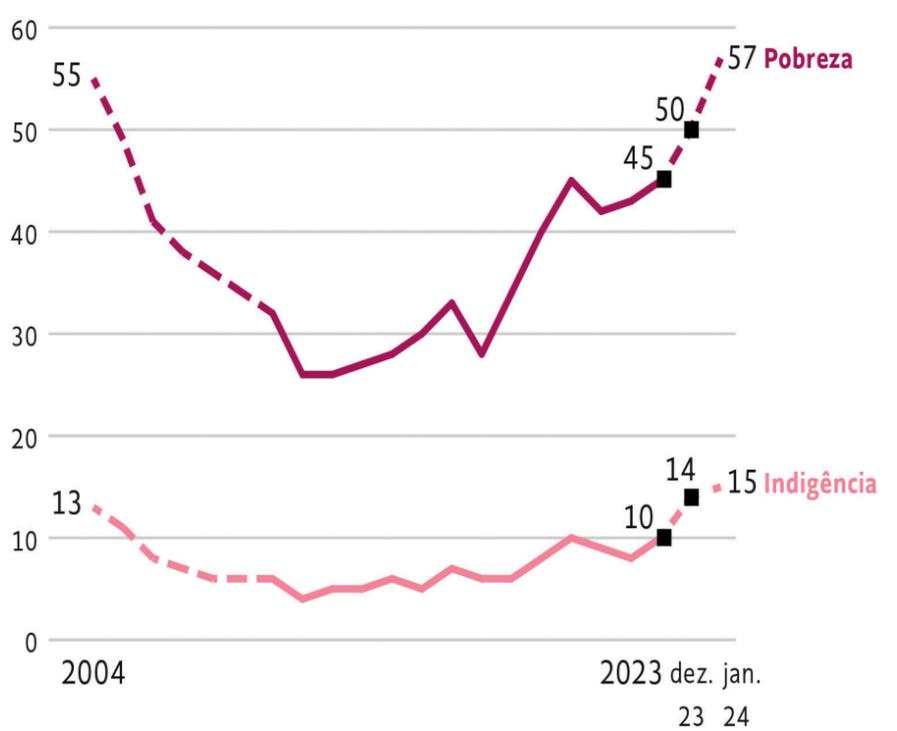
Hegemonia do país na fabricação de painéis solares preocupa Ocidente; índice em 2015 = 100



Fontes: Financial Times, NBS e Goldman Sachs Global Investment Research

Argentina tem 57% de pobres e 15% de indigentes

% da população



*De 2004 a 2010, dados reconstruídos; em dez.23 e jan.24, projeções

Fonte: Observatório da Dívida Social da UCA (Universidade Católica Argentina)

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Negócios

Nubank eleva lucro para US\$ 395 mi no 4º trimestre e meta é superar 100 milhões de clientes



O banco digital Nubank, que quer ultrapassar 100 milhões de clientes em 2024, anunciou lucro líquido ajustado de US\$ 395,8 milhões no quarto trimestre de 2023, um salto de 248% em 12 meses, considerando os resultados da holding, dona das operações no Brasil, México e Colômbia.

Considerando todo o ano passado, o ganho ajustado acumulado foi de US\$ 1,2 bilhão, ante US\$ 204 milhões em 2022. Sem ajustes, o lucro líquido foi de US\$ 360,9 milhões no quarto trimestre e de US\$ 1 bilhão em 2023.

O retorno sobre o patrimônio (ROE, na sigla em inglês), um dos indicadores mais monitorados nos bancos, ficou em 26% no quarto trimestre, considerando o resultado ajustado, um dos

mais altos entre bancos brasileiros. Mesmo sem os ajustes, o ROE ainda foi alto, em 23%. “O ano de 2023 foi realmente uma transição muito importante para o banco em rentabilidade”, afirmou ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) o diretor financeiro do Nubank, Guilherme Lago. “Se olharmos só as operações no Brasil, o nosso retorno segue crescendo em patamares superiores a 40%.”

Com os indicadores de 2023, Lago diz que o Nubank é um dos únicos bancos digitais globais capazes de equilibrar três atributos: alta crescimento, com rentabilidade e qualidade do crédito.

As receitas do Nubank somaram US\$ 2,4 bilhões no quarto trimestre de 2023, um novo recorde, o que represen-

ta um aumento de 57%, descontando efeitos cambiais, em 12 meses.

“À medida que trabalhamos para ultrapassar a marca de 100 milhões de clientes em 2024, estamos investindo pesado em diversificar caminhos de crescimento para continuar a transformar potencial em lucro”, afirma no balanço o CEO e fundador do Nubank, David Vélez.

A fintech fechou dezembro com 93,9 milhões de clientes, em comparação com 54 milhões há um ano. Apesar de ter chegado a quase 53% da população brasileira, Lago conta que o Nubank vem conquistando de 1,3 milhão a 1,5 milhão clientes por mês no Brasil. “Em 2023, ganhamos mais clientes no Brasil que os cinco maiores bancos juntos”, disse ao Broadcast.

IstoÉDinheiro

Paralisação do Ibama afeta importação de carros híbridos e elétricos

A paralisação das atividades de campo dos servidores do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), iniciada em 3 de janeiro, já afeta o setor automotivo.

Neste momento, as empresas que enfrentam problemas são as que buscam a documentação necessária para importação de veículos, com destaque para os automóveis híbridos e elétricos que vêm da China.

Pelos cálculos do órgão, há cerca de 18 mil carros parados em diferentes pátios e portos mundo afora, à espera de documentação para embarque rumo ao Brasil.

A saída desses automóveis de seus países de origem depende da anuência do instituto, que precisa emitir uma licença de importação.

Essa licença de importação comprova que o Ibama está ciente da entrada desses produtos no território nacional, atestando que os veículos

estão de acordo com as regras ambientais vigentes no Brasil.

As empresas até podem assumir o risco e embarcar esses modelos, porém, caso sejam submetidos à inspeção na chegada ao país, há o risco de receber multas elevadas e de impossibilidade de distribuição.

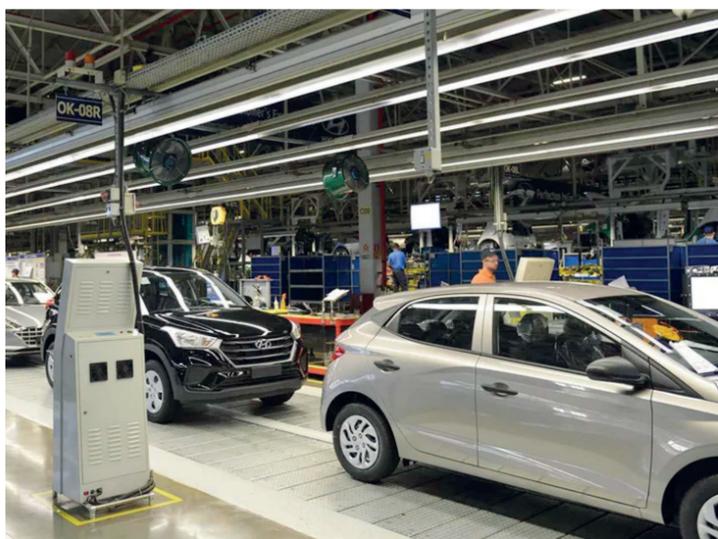
“Todo e qualquer veículo comercial ou de passageiros, além de motocicletas e veículos pesados, devem cumprir com os limites de emissão de ruídos e gases de escape. O controle ambiental recai sobre fabricantes e importadores”, diz Cleberon Zavaski, presidente da Ascema (Associação Nacional de Servidores Ambientais).

“A área que faz essas análises resolveu priorizar as atividades internas e de regulação [normativas], e as autorizações para importação e para emissão das licenças para comercialização de novos modelos de veículos tiveram prazo para emissão aumentados.”

Eduardo Sodré/Folhapress



Lula diz que montadora Hyundai vai investir US\$ 1,1 bi no Brasil até 2032



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na quinta-feira (22) que a montadora Hyundai vai investir um total de US\$ 1,1 bilhão no Brasil até o ano de 2032.

Os investimentos estarão concentrados em tecnologia e hidrogênio verde.

O mandatário recebeu no Palácio do Planalto o presidente-executivo do grupo Hyundai Motor, Eui-Sun Chung. Também participou da reunião o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

“O país estável e com futuro recebe mais investimentos. Recebi o presidente

executivo da Hyundai Motor, Eui-Sun Chung, que anunciou que o grupo planeja investir mais de 1,1 bilhões de dólares até 2032 em tecnologia e em hidrogênio verde. Mais uma grande empresa crescendo em nosso país”, escreveu Lula em sua rede social.

Pouco mais tarde, em vídeo divulgado pela Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência) que mostra o encontro com o executivo, Lula afirma que gostaria de retomar o nível do mercado automobilístico que existia quando ele terminou seu segundo mandato.

“A verdade é que a gente precisa voltar a crescer. Nós precisamos voltar a fazer investimentos. Nós precisamos pelo menos recuperar o mer-

cado que nós já tivemos aqui no Brasil. No final de 2010, portanto 13 anos atrás, a gente vendia quase quatro milhões de carros por ano. E hoje caiu pela metade”, disse Lula ao executivo da Hyundai.

O presidente-executivo da montadora afirmou a Lula que o total de investimentos previstos pela companhia para os próximos oito anos estará concentrado em tecnologia, em particular a de carros híbridos, elétricos e movidos a hidrogênio verde. Segundo nota do governo brasileiro, Eui-Sun Chung também destacou que o estoque de investimentos no Brasil está na ordem de US\$ 2,5 bilhões e que a companhia criou mais de 6.500 empregos diretos no país.

Renato Machado/Folhapress